

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

A PRESENÇA DE PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS
NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA PESQUISADOS PELO SIES E A
CONTRIBUIÇÃO DO CAMPO CTS

Celso Geraldo Tucci

SÃO CARLOS - SP
2012

CELSO GERALDO TUCCI

**A PRESENÇA DE PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS
NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA PESQUISADOS PELO SIES E A
CONTRIBUIÇÃO DO CAMPO CTS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Dimensões sociais da Ciência e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a D^{ra} Maria Lúcia Teixeira Machado

SÃO CARLOS - SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T886pp

Tucci, Celso Geraldo.

A presença de processos autogestionários nos empreendimentos de economia solidária pesquisados pelo SIES e a contribuição do campo CTS / Celso Geraldo Tucci. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
132 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Desenvolvimento social - ciência, tecnologia e sociedade. 2. Economia solidária. 3. Autogestão no trabalho.
I. Título.

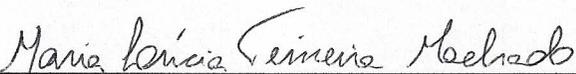
CDD: 303.483 (20^a)



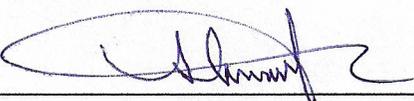
Programa de Pós-graduação em
Ciência, Tecnologia e Sociedade



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
CELSO GERALDO TUCCI**



Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado
Orientadora e Presidente
UFSCar

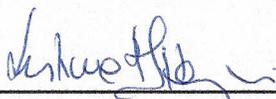


Prof. Dr. Carlos Rodrigues Ladeia
Membro externo
UNESP - Assis



Prof. Dr. José Francisco
Membro interno
UFSCar

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 28/02/2012.
Homologada na 55ª reunião da CPG do PPGCTS, realizada em
16/03/2012.



Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
Coordenadora do PPGCTS

Fomento:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus professores que, desde o primeiro dia que entrei em uma sala de aula, foram os guias para novas descobertas que me trouxeram até aqui.

Também ao professor Ioshiaqui Shimbo pela disponibilidade e disposição de conversar comigo, quando este trabalho ainda não andava.

A minha orientadora a Profa. Dra. Maria Lúcia Teixeira Machado pelos caminhos que apontou, pela paciência em orientar um aluno indisciplinado de prolixo nas ideias,

A toda equipe da INCOOP que me permitiu participações proveitosas nas reuniões das sextas-feiras.

Aos professores da banca de qualificação, professora Maria Zanin e professor José Francisco pelas preciosas observações e palavras de motivação que deram animo novo para a conclusão do trabalho.

Ao Paulo, da secretaria de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, companheiro e amigo de primeira hora, sempre disposto a ajudar, quem quero dedicar uma parcela muito grande deste trabalho.

À família que ajuda e demanda mas, que com isso faz a fibra aumentar...

E finalmente a Fernando Pessoa que com sua poesia me ensinou a nunca deixar de sonhar,

Sim, sei bem

Que nunca serei alguém.

Sei de sobra

Que nunca terei uma obra.

Sei, enfim,

Que nunca saberei de mim.

Sim, mas agora,

Enquanto dura esta hora,

Este luar, estes ramos,

Esta paz em que estamos,

Deixem-me crer

O que nunca poderei ser.

RESUMO

Frequentes crises caracterizam o capitalismo, as quais são por ele manipuladas a fim de concentrar mais riqueza e aumentar o controle sobre a classe operária, com a permanente ameaça de desemprego. Ainda mais, cria um mundo consumista que gera a alienação, pois para consumir é necessário trabalho e para continuar a ter trabalho é preciso aceitar as regras capitalistas. O objetivo da pesquisa é identificar como o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, ao disponibilizar dados a respeito de empreendimentos econômico-solidários, obtidos por meio de pesquisa de campo, estabelece-se como uma tecnologia social que contribui para os processos de autogestão característicos da Economia Solidária. Como etapas preparatórias para a análise dos dados fornecidos pelo SIES, o estudo segue um caminho que procura configurar o momento histórico focalizado: a sua estrutura econômica dominante, o neoliberalismo e o capitalismo globalizante; a nova concepção de desenvolvimento territorial que orienta a Economia Solidária, que se pretende organizadora de formas igualitárias e democráticas de produção, consumo, poupança e crédito, como uma alternativa ao sistema dominante; e, finalmente, uma nova linha de pensamento representada pelos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), com uma nova visão das relações entre progresso científico e tecnológico e seu impacto na dinâmica de desenvolvimento da sociedade. As questões da Economia Solidária são analisadas detalhadamente num capítulo à parte, bem como o processo autogestionário das empresas, por constituir a essência dos empreendimentos solidários. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizado o método exploratório, partindo do estudo de casos concretos de empreendimentos solidários oferecidos pelo SIES, que traçam um cenário atualizado da Economia Solidária nas cinco regiões brasileiras, sob a perspectiva do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade - CTS. As conclusões do trabalho apontam para o fato de que intervenções multidisciplinares contribuiriam para a construção de uma alternativa ao modo de produção capitalista, para a qual o campo CTS poderia contribuir. Apontam ainda para um crescimento significativo, e também qualitativo, do movimento da Economia Solidária, possivelmente oriundo das sucessivas crises do capitalismo e também de uma mudança de entendimento das maneiras como as organizações econômicas podem se constituir para além das estruturas capitalistas, do mesmo modo que demonstra o relacionamento dos empreendimentos com diversos movimentos sociais, ainda que, segundo os dados do SIES, ainda são tímidas as iniciativas quando se trata de intervenções mais específicas no território que circunda os empreendimentos.

Palavras-chave: economia solidária, autogestão, empreendimento solidário, tecnologia social, SIES, CTS.

ABSTRACT

Frequent crises characterized capitalism, which are manipulated by him to concentrate more wealth and increase control over the working class, with the permanent threat of unemployment. Even more, it creates a world of consumerism that creates alienation, because work is needed to consume and to continue to have work you need to accept the capitalist rules. The objective of this research is to identify as the National Information System on the Solidarity Economy - SIES, to provide data about economic and supportive projects, obtained through field research, establishes itself as a social technology that contributes to the processes of self-management features of the Solidarity Economy. As preparatory steps for the analysis of data provided by SIES, the study follows a path that seeks to set the historical focus: its economic structure dominant, neoliberal capitalism and globalization, the new concept of territorial development that guides the Solidarity Economy, which if you want to organizing democratic and egalitarian forms of production, consumption, savings and loans as an alternative to the dominant system, and finally, a new line of thought represented by the studies STS (Science, Technology and Society), with a new vision of relations between scientific and technological progress and its impact on the dynamics of development of society. Questions of Solidarity Economy are discussed in detail in a separate chapter, as well as the process of self-managed firms, constitute the essence of solidarity enterprises. To reach that goal, we used the exploratory method, starting from the case studies of projects offered by SIES solidarity, which give an updated scenario of the Solidarity Economy in the five Brazilian regions, from the perspective of the field Science, Technology and Society - STS . The conclusions of the study point to the fact that multidisciplinary interventions contribute to the construction of an alternative to the capitalist mode of production, for which the field STS could contribute. Also point to significant growth, and also qualitatively, the Solidarity Economy movement, possibly from the successive crises of capitalism and also a change of understanding of the ways economic organizations may be beyond the capitalist structures, just as demonstrates the relationship of projects with various social movements, even though, according to data from SIES, the initiatives are still shy when it comes to more specific interventions in the territory surrounding the developments.

Keywords: solidarity economic, self-management, simpathetic development, social tecnology, SIES, CTS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

AST – Adequação Sócio-técnica

BCo/UFSCar – Biblioteca Comunitária UFSCar

BDTD-UFSCar – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFSCar

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CO – Centro-oeste

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DDD – Discagem Direta a Distância

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IBM – International Business Machines

INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares (NuMI – EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de estudos, formação e intervenção em Economia Solidária)

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MBA – *Master in Business Administration* (Mestre em Administração de Empresas)

MS-DOS – Microsoft Disk Operation System

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

N – Norte

NE – Nordeste

OET – Organizações Econômicas dos Trabalhadores

ONG – Organização não governamental

OTA – Organizações de Trabalho Associado

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PISA – Programme for International Student Assessment

PL – Projeto de Lei

PNQs – Plano Nacional de Qualificação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ProEsQs – Programas Especiais de Qualificação

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

S – Sul

SE – Sudeste

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviços e Turismo

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEFOR – Secretaria de Formação

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

TA – Tecnologia Apropriada

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição dos empreendimentos, por região do Brasil	61
TABELA 2	Total de empreendimentos por ano de início como empreendimento solidário, (SIES, 2007)	62
TABELA 2-1	Variação do crescimento dos empreendimentos considerando o ano de início como empreendimento solidário	62
TABELA 3	Formas de organização dos empreendimentos solidários	64
TABELA 4	Quantidade de empreendimentos com CNPJ, por região	66
TABELA 4-1	Empreendimentos com CNPJ – Cenário brasileiro	66
TABELA 5	Instâncias de direção e coordenação nos empreendimentos solidários ...	67
TABELA 5-1	Instâncias de direção e coordenação – pluralidade da organização dos empreendimentos solidários	68
TABELA 6	Formas de participação dos sócios	69
TABELA 6-1	Forma de participação dos sócios – Pluralidade das formas de participação	70
TABELA 7	Periodicidade da assembleia geral	71
TABELA 8	Resultado da atividade econômica	72
TABELA 9	Destino das sobras econômicas	73
TABELA 10	Participação dos empreendimentos solidários em redes ou fóruns de articulação	74
TABELA 11	O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação – detalhamento das respostas afirmativas da questão 63 referente a participação em rede ou fórum de articulação	75
TABELA 11-1	Quantidade de empreendimentos que participam de um ou mais fóruns de articulação (Regiões do Brasil)	76
TABELA 12	O empreendimento tem, ou não tem, alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares – respostas afirmativas e negativas	77
TABELA 13	Detalhamento das respostas afirmativas da questão 65 sobre a participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares	77
TABELA 13.1	Detalhamento da diversidade de participação em movimentos sociais ...	78

TABELA 14	O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária – respostas afirmativas e negativas	79
TABELA 15	Referente às respostas afirmativas da questão 67 – O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária	79
TABELA 15-1	Referente à questão 68 indicando a diversidade de participação em ações sociais	80
TABELA 16	O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores (as) de seus produtos ou serviços	81
TABELA 17	Referente à questão 69 – O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida de consumidores (as) de seus produtos ou serviços – detalhamento das respostas afirmativas	81
TABELA 17-1	Quantidade de questões marcadas da questão 70 que indicam mais de uma iniciativa voltada à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos ou serviços	82

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Formas de organização dos empreendimentos	65
------------------	---	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	16
METODOLOGIA	20
TRABALHOS RECENTES SOBRE O TEMA	21
CAPÍTULO 1 – Diretrizes teóricas	24
1.1. Neoliberalismo: a estrutura econômica	24
1.2. Economia Solidária: a proposta de desenvolvimento territorial, regional e local	29
1.3. Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS: a linha do pensamento	33
CAPÍTULO 2 – Economia Solidária	37
2.1. Desenvolvimento local	37
2.2. Economia Solidária: princípios	41
2.3. Cooperativismo e seus desdobramentos: economia do trabalho, economia popular, economia solidária	44
2.4. Economia solidária e políticas públicas	48
2.5. Economia solidária e dinâmica social: alteração nas relações econômico-sociais do território	50
CAPÍTULO 3 – Autogestão – processo produtivo	53
CAPÍTULO 4 – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	93

APRESENTAÇÃO

Em 1977 fui trabalhar na Telesp (Telecomunicações de São Paulo), empresa estatal encarregada de prover serviços telefônicos no Estado de São Paulo. Tinha como atividade ser, o que na época era denominado “*teclador conferidor*” que depois veio a ser a profissão “digitador”. A atividade resumia-se a converter, através de digitação (uma forma de datilografia com números), documentos chamados bilhetes originados no setor de tráfego telefônico, ou seja, todos os interurbanos eram realizados com auxílio de uma telefonista. Ainda não havia sido implantado no Brasil o DDD - Discagem Direta a Distância - que desempregaria milhares de telefonistas, levando à extinção da atividade no Brasil. Naquela época para fazer uma ligação interurbana você ligava um número (101) e era atendido por uma telefonista que anotava em uma pequena ficha de cartolina os número de origem da chamada o telefone de destino a hora de início do interurbano e hora de fim da conversa. Estas fichas eram separadas e enviadas para o setor de digitação que transformava toda essa massa de documentos em arquivos eletrônicos. A primeira mudança ocorreu em 1982 quando chegou uma máquina da IBM que fazia a leitura eletrônica (óptica) dos caracteres diretamente de um formulário que era preenchido, como os atuais jogos de loteria, pelas telefonistas durante o interurbano e que dispensava a digitação dos documentos. Esta mudança provocou a demissão de várias pessoas que digitavam os documentos.

Esta evolução que atingia o setor da tecnologia, naquele momento, mantinha os empregos em outra frente, o DDD, que começou em 1977 foi expandindo e durante a década de 1980 as empresas de telecomunicações foram, ou readaptando ou demitindo telefonistas e já na década de 1990 não existia mais esta profissão. Vale lembrar que era um tipo de trabalho muito valorizado desde o final do século XIX, pois era o único meio de conectar as pessoas pelo meio telefônico, era tão valorizado que havia no dia da telefonista, comemorado em 29 de junho, várias festividades inclusive um concurso de miss. O desenvolvimento tecnológico foi ao longo daqueles anos eliminando empregos pela digitalização dos serviços.

A revolução seguinte foi o surgimento dos primeiros microcomputadores. Inicialmente máquinas de pequena capacidade de processamento no entanto suficientes para a geração de documentos e a construção de planilhas de cálculo. Era o que bastava para eliminar as máquinas de escrever e diminuir, pelo uso das planilhas de cálculo, a dependência de muitos serviços dos mainframes pois agilizava muitas das rotinas dos escritórios. Corria o

final dos anos 1980 e a IBM lança os primeiros computadores pessoais, os chamados IBM PC, com um sistema operacional chamado MS-DOS fornecido por uma empresa que também estava surgindo, era a MICROSOFT. Esses computadores, inicialmente tinham como vantagem, sobre os primeiros computadores, uma significativa melhora na velocidade de processamento. Logo surgem as primeiras versões do software WINDOWS, depois o WINDOWS FOR WORKGROUPS que permitia a conexão de alguns computadores pessoais em pequenos grupos, dentro de um espaço físico delimitado, para a troca de arquivos. No início dos anos 1990 os custos de telecomunicações ainda eram muito caros e as tecnologias estavam em gestação, mas a velocidade de progresso estava incrementando, pois já em 1994 fui incumbido por um diretor da empresa de telecomunicações onde trabalhava a desenvolver um projeto para a compra de computadores. Como profissional da área de tecnologia, que na época era chamado de processamento de dados, estava em contato com o que já começava a ser assunto no mundo, a instalação de computadores em rede. Quando apresentei o projeto conectar computadores em uma rede local a aceitação foi a pior possível, os argumentos eram de que instalar computadores em rede significava controlar a liberdade dos usuários, pois um administrador central iria determinar o que fazer e o que não fazer. Acaloradas discussões se sucederam e a rede foi instalada. Na efervescência tecnológica da época logo foi configurada uma intranet e depois novas redes foram instaladas e foram se conectando entre si e o acesso à internet que, em um dado momento, era restrito a algumas pessoas foi se popularizando e a partir daí o mundo começou a tomar a forma atual; com as pessoas o tempo todo conectadas.

Com a automação permitida pela conexão cada vez mais rápida, possível e acessível, novos projetos foram sendo criados e cada um deles melhorava a disponibilidade de um determinado serviço que para ter viabilidade dependia de gerar economia financeira para a corporação, e a forma mais “simples” de gerar esta viabilidade era a eliminação de postos de trabalho. Entramos nos anos do final do século XX com um mundo altamente tecnológico, realizando o sonho da “aldeia global” que foi sendo substituído pelo pesadelo da globalização, que se fez muito mais financeira que social. Pesadelo de construir um mundo altamente conectado e extremamente hostil aos trabalhadores, que deles exigia cada vez mais competências técnicas e oferecia menos proteção.

No ano de 2000 trabalhava em uma empresa multinacional de tecnologia da informação e após os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque, as decisões políticas tomadas pelo presidente dos Estados Unidos e seus aliados, tornaram o trabalho uma experiência muito penosa para quem não era americano. Então tomei a decisão de deixar o

trabalho por pensar que a tecnologia, cujo desenvolvimento havia presenciado nos últimos 25 anos, não respondia às principais questões da sociedade.

Voltei-me para a atividade docente e para atividades de voluntariado, em 2008 fui convidado pelo Senac para trabalhar com mediação de redes sociais e projetos de indução ao desenvolvimento local em comunidades a partir de uma metodologia desenvolvida com base nos preceitos do PNUD. Em 2009 procurando, pela internet, um programa de mestrado encontrei o Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. Admitido como aluno especial cursei as disciplinas “O discurso da ciência e os saberes populares” e “Economia Solidária”. Estava consolidada a ideia de trabalhar com temas relacionados aos assuntos das disciplinas cursadas e assim foi feito.

O trabalho foi desenvolvido a partir do trajeto pessoal do autor em busca de encontrar respostas dentro do movimento da Economia Solidária que poderão indicar caminhos para a construção de novas relações sociais que se construiriam a partir de práticas inspiradas nas relações de trabalho.

INTRODUÇÃO

Por que encontramos tanta dificuldade até para *imaginar* um tipo diferente de sociedade? Por que está além de nossa capacidade conceber um conjunto diferente de disposições para o benefício comum? Estamos eternamente condenados a oscilar entre um “mercado aberto” disfuncional e os tão propalados horrores do “socialismo”? (JUDT, 2011, p.43).

A tecnologia, especialmente aquela voltada ao processamento de informações, domina as atividades humanas, trazendo a ideia de que os saberes populares não são mais significativos e que somente aparatos produzidos em massa, e com tecnologias sempre mais avançadas, são relevantes. Neste caminho, o mundo do trabalho passou a ser espaço apenas dos que possuem habilidades tecnológicas, o que levou para a informalidade grande parte da população brasileira economicamente ativa (PEA) e a uma taxa de desemprego que em maio de 2011 estava em 10,9%, com um índice de 2,6% de desemprego por desalento, ou seja, pessoas que desistiram de procurar emprego, segundo dados do DIEESE (Departamento Intersindical de estatística e estudos Socioeconômicos), conforme vemos no sítio do Departamento. Este quadro fica agravado quando lançamos o olhar para o futuro ao considerar que:

chegam anualmente mais de 1,5 milhão de novas pessoas ao mercado de trabalho, e que milhões de pessoas estão empregadas em atividades pouco produtivas como guardas-noturnos, empregadas domésticas etc., torna-se óbvio que a subutilização de nossa força de trabalho constitui um dos principais problemas enfrentados pelo país. Não se pode melhorar a produtividade sistêmica da sociedade brasileira com tantos recursos parados (DOWBOR, 2008, p. 66).

É este o cenário da economia capitalista, que tem como prática a manutenção de um grupo permanente de desempregados. Por estar estabelecido há muito tempo, o capitalismo nos parece normal ou natural (SINGER, 2002, p. 7), e é na direção oposta a este pensamento que o presente trabalho segue.

O trabalho desenvolve-se a partir de uma exploração bibliográfica pertinente ao assunto e uma análise sistemática dos dados armazenados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), e procurou buscar evidências de processos

autogestionários encontrados na pesquisa realizada no ano de 2005, com informações coletadas em 2933 municípios, o que correspondeu a 53% do território brasileiro.

Além dos aspectos da autogestão no ambiente interno dos empreendimentos, o trabalho também aprecia o fato de que o exercício desta prática leva à educação democrática, pela participação do trabalhador nas atividades comunitárias. Por este motivo, a pesquisa aborda ainda aspectos do desenvolvimento territorial, considerando que faz parte das características e interesses dos empreendimentos econômicos solidários “o caráter de solidariedade”, expresso, dentre outras dimensões, em “participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial” (BRASIL, 2012).

Este processo de participação democrática é característico dos empreendimentos solidários, pois o trabalhador da empresa capitalista, por não fazer parte das decisões cotidianas do negócio, fica sempre à margem das atividades da empresa como um todo. Assim, por esta exclusão das decisões num ambiente que lhe toma a maior parte do tempo de vida, não exerce também sua cidadania no lugar onde vive com sua família e amigos, e é nesta direção que sinaliza Singer,

Esse relacionamento do trabalhador com a empresa capitalista é alienante num duplo sentido: ele ignora os efeitos do seu trabalho sobre a comunidade de que faz parte; e ele está excluído das discussões e negociações que precedem a tomada de decisões pela administração da empresa, decisões estas que afetam seu trabalho e, por extensão, o seu destino econômico e familiar (SINGER, 1998, p. 124).

Deste modo, o trabalho desenvolve-se no sentido de analisar as atividades autogestionárias, que contribuem nos processos de desenvolvimento territorial, para tanto desenvolvendo a seguinte estrutura de análise:

O primeiro capítulo examina algumas coordenadas teóricas que embasam as questões discutidas: o neoliberalismo e o capitalismo globalizante; a Economia Solidária e o desenvolvimento territorial; o campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Primeiramente, tenta dar uma visão do neoliberalismo, tanto do ponto de vista teórico como histórico, pois será justamente em contraposição a ele que serão ressaltados os princípios solidários. Assim, a Economia Solidária, com suas propostas de desenvolvimento territorial, regional e local sob uma ótica democrática e igualitária, apresenta-se como uma alternativa ao neoliberalismo vigente. Finalmente, como a linha de pensamento que orienta nossa argumentação, enfocamos os estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, cujos objetivos e

propostas serão retomados considerando os dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES).

O segundo capítulo dá enfoque às questões do desenvolvimento territorial, com sua concepção de um desenvolvimento social que contemple como um todo, as necessidades do ser humano; um processo com ampla participação dos atores interessados, que busca favorecer a cidadania e melhorar as condições de vida da população de uma determinada localidade. Analisa a Economia Solidária, alternativa econômica proposta à estrutura neoliberalista e capitalista dominante, ou seja, um movimento econômico que propõe empreendimentos pautados por formas igualitárias e democráticas de produção, consumo, poupança e crédito. Uma nova forma de organização de trabalho, cujo diferencial é marcado pelo princípio da autogestão. De uma perspectiva histórica, o capítulo revê as cooperativas, iniciativas solidárias surgidas já no século XIX, e seus desdobramentos até os dias de hoje: economia do trabalho, economia popular, economia solidária; de uma perspectiva atual, analisa seu funcionamento nos dias de hoje, as alterações das relações econômico-sociais, as questões legais e de políticas públicas.

No capítulo três, aborda-se a forma da autogestão, definindo-a como um processo pautado por princípios totalmente diversos da forma de gestão capitalista; primeiro, caracteriza-se por uma filosofia democrática, de maneira que todos os trabalhadores possuem o mesmo nível participativo; em consequência, todas as seções do empreendimento, administrativa, financeira, de logística e de funcionamento, são absolutamente transparentes, com todas as informações disponibilizadas para todos.

Buscando uma visão das condições de funcionamento da Economia Solidária em nosso país, o quarto capítulo caracteriza-se pela pesquisa dos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, examinando problemas e questões aí expostos, a respeito da autogestão pretendida pelos empreendimentos solidários em algumas realizações de diferentes regiões brasileiras. Entre outras questões, a possibilidade de tornar os empreendimentos solidários um modo de produção não intersticial, a eliminação da hierarquia dentro dos empreendimentos, a necessidade de criação de uma legislação condizente com a organização solidária. Como um sistema tecnológico computadorizado para armazenamento das informações do movimento da Economia Solidária, o SIES é entendido como uma tecnologia social, pois insere-se no que se convencionou chamar de tecnologia alternativa, enquadrando-se no conceito de adequação sociotécnica das tecnologias.

Assim, o trabalho apresenta resultados da análise dos dados, bem como algumas propostas para a efetiva consolidação da Economia Solidária e do sistema de autogestão, pois

estes, justamente por constituírem uma proposta nova de organização de trabalho, necessitam adaptar-se a uma estrutura econômica tradicional dominante, regida por princípios e legislação que não contempla o trabalho solidário.

Enfim, o problema que se analisa é como o SIES, evidenciando, por meio da sua pesquisa e dos dados que disponibiliza, a situação atual dos empreendimentos solidários brasileiros, funcionaria como uma ferramenta tecnológica de auxílio no aprimoramento e consolidação das iniciativas da Economia Solidária, dentro da perspectiva dos estudos do campo CTS.

Nesse sentido, apreciam-se algumas hipóteses, como: se a autogestão contribui para que ocorra uma mudança cultural dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, facilitando a viabilidade econômica destes empreendimentos e favorecendo seu protagonismo social; até que ponto os dados apontados no SIES ressaltam a necessidade de ações multidisciplinares para estabelecer a cultura da autogestão; se a autogestão daria condições à Economia Solidária de estabelecer-se como uma forma superior de alternativa sócio-econômica ao capitalismo.

O objetivo geral do estudo é identificar como o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, ao disponibilizar dados de empreendimentos econômicos solidários, obtidos por meio de pesquisa, estabelece-se como uma tecnologia social que favorece processos de autogestão.

Como objetivos específicos, a pesquisa analisa a ocorrência de processos autogestionários nos empreendimentos econômicos solidários pesquisados e divulgados nos Relatórios SIES 2005/2007; descreve aspectos dos empreendimentos solidários, por meio dos apontamentos nos Relatórios SIES 2005/2007, em que a autogestão indicaria caminho de consolidação de empreendimentos econômicos solidários; e busca evidenciar como os processos autogestionários podem ser elementos facilitadores de tecnologias sociais que modifiquem o espaço de convivência dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a pesquisa leva em conta que o movimento da Economia Solidária não se encaixa em uma visão positivista do mundo, pois o escopo principal dos empreendimentos mira a realização do ser humano como um todo, tanto no plano individual como coletivo, em detrimento da mera visão do lucro e do sucesso material. Neste sentido, a pesquisa enfoca, a partir dos aspectos quantitativos apontados nos relatórios do SIES, as vertentes qualitativas que caracterizariam as ações autogestionárias presentes nos empreendimentos. O que se pretende inferir com esta análise é que *'a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade.'* (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 86).

O trabalho envolve uma fase de pesquisa no Sistema de Informações em Economia Solidária para o levantamento dos dados referentes ao assunto da autogestão nos empreendimentos solidários. Após esta fase, serão preparadas tabelas com o objetivo de retratar o cenário da autogestão nos empreendimentos pesquisados no período 2005/2007.

Portanto, utiliza-se como método o estudo exploratório, o trabalho dedutivo, que parte de casos concretos de empreendimentos solidários, procurando configurar seu contexto, o que permite compreender como se dão estes fenômenos sociais complexos (YIN, 2010), ou seja, como se apresentam os empreendimentos solidários e autogestionários e sua influência no ambiente social em que se inserem. Os objetos de análise serão os dados disponibilizados pela base Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Pela pesquisa exploratória, o trabalho levantou informações de dados coletados e armazenados no Sistema de Informações em Economia Solidária do Ministério do Trabalho, obtidas em pesquisa de campo realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, nos anos de 2005 a 2007 e consolidados em 2007.

O desenvolvimento do trabalho, ao focar questões referentes à autogestão contidas no questionário aplicado durante o levantamento de informações, na busca de entender como se desenvolvem os processos autogestionários nos empreendimentos solidários, corrobora o que afirma Severino ao ensinar que “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123).

TRABALHOS RECENTES SOBRE O TEMA

Em levantamento feito no sítio “BDTD-UFSCar e Banco de Teses da Capes – Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade em 20 de outubro de 2011, utilizando a chave de pesquisa “*Economia Solidária*”; foram localizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BCo/UFSCar, vinte e oito (28) teses e dissertações. A mesma pesquisa feita no “Banco de Teses da CAPES”, utilizando-se a chave de pesquisa “*Economia Solidária + UFSCar*”, a pesquisa resultou em vinte e duas (22) teses e dissertações.

Feito o *download* dos vinte e oito (28) trabalhos e utilizando o recurso de busca do editor de texto a expressão “SIES” foi encontrada em 11 trabalhos. Outros quinze (15) trabalhos não fazem referência à expressão, todavia é importante considerar que há na base de dados sete (7) trabalhos apresentados em datas anteriores a 2007, quando os dados do SIES ainda não haviam sido disponibilizados.

Análise feita nos resumos das 22 dissertações encontradas na base de dados da CAPES, encontramos importantes contribuições para o presente trabalho. Os resumos não explicitam o uso do SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – pois, em sua maioria, tratam de pesquisas feitas *in loco* nos empreendimentos econômicos solidários; no entanto, corroboram integralmente os dados levantados na pesquisa SIES de 2005/2007 e que são parcialmente analisados no presente trabalho.

Os resumos dos trabalhos pesquisados apontam para “os descompassos entre as práticas e as propostas do movimento”, que caracterizariam a construção da Economia Solidária no Brasil (PIRES, 2010).

Os trabalhos também ressaltam a necessidade de constituição de políticas públicas para a Economia Solidária, que em alguns lugares já está em andamento, como no caso do município de São Carlos. Esta questão está presente no trabalho “A política social de Economia Solidária: um estudo de caso do município de São Carlos.” de autoria de Camila Capacle (CAPACLE, 2010).

Realizada pesquisa específica dos trabalhos produzidos pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, no sítio BDTD-UFSCar e Banco de Teses da Capes, na opção “Registro por Programas de Pós-graduação” e escolhendo a opção “Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade”, foram encontrados 32 trabalhos produzidos pelos alunos do programa, sendo que o assunto Economia Solidária aparece em menor número entre os trabalhos relacionados. Nos trabalhos apontados no

relatório “TDEs por programas de pós-graduação”, foi encontrado um trabalho, produzido por Paula Maria Rattis Teixeira, com o título “Empreendimentos em consumo sustentável: um estudo da atuação pública e política da sociedade civil organizada”, que focou o consumo sustentável e investigou a existência de organizações da sociedade civil que teriam foco na ação de obter novos níveis de consumo, que permitiriam identificar empreendimentos em consumo sustentável. O trabalho de Rattis foi um dos trabalhos que apontou os dados do SIES como fonte de dados de sua pesquisa (RATTIS-TEIXEIRA, 2011, p. 21).

Na UFSCar, dos trabalhos que analisam a Economia Solidária a partir da visão do campo CTS, alguns estão em andamento; outros, já prontos, ainda não foram disponibilizados nas bases de dados; de qualquer modo, todas as pesquisas consultadas recebem a contribuição do campo CTS, que se propõe “um campo de trabalho acadêmico cujo objetivo de estudo está constituído pelos aspectos sociais da ciência e da tecnologia” (BAZZO, 2003, p. 119) e dos objetivos do movimento da economia solidária de ser uma alternativa superior de proporcionar às pessoas que produzem e consomem uma vida melhor (SINGER, 2002), ou seja, a partir da crítica ao que está posto, construir alternativas.

A seguir citamos alguns dos trabalhos, dentro do Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, que foram concluídos e outros que estão ainda em andamento:

O trabalho de Guilherme Franceschini, concluído em fevereiro de 2011, com o título “Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores/as de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade”, objetivou a identificação dos elementos transformadores e obstaculizadores para o surgimento de autonomia no trabalho de cooperativas, com foco na utilização da autogestão, no desenvolvimento de tecnologias sociais e nos processos de adequação sociotécnica. Teve como enfoque relacionar os temas investigados com o campo CTS, com a participação dos sujeitos da pesquisa na produção dos conhecimentos e adequação das tecnologias utilizadas nos processos produtivos, de modo a permitir a superação das desigualdades sociais, que penaliza as classes historicamente marginalizadas (FRANCESCHINI, 2011).

Outro trabalho em andamento, que teve defesa em fevereiro de 2012, é o de Lucas Miguel França, com o título “Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia”: tem como objetivo identificar aspectos promotores de autonomia nas relações/parcerias estabelecidas entre gestores públicos e empreendimentos de cooperativas de catadores. A autonomia geraria um ganho importante no momento das decisões, pois “o planejamento das atividades dos cooperados e outros aspectos como o

acompanhamento e a capacitação são considerados de fundamental importância para o sucesso de experiências que envolvam o uso de Tecnologias Sociais e cooperativas”, segundo França (2012). Finalmente, o trabalho pretende analisar que tipos de Tecnologias foram desenvolvidas para que a relação de parceria se reflita em uma maior autonomia para os cooperados.

O que pode ser notado da análise dos números é que o assunto Economia Solidária e temas relacionados, são bastante estudados por diversos programas de pós graduação da UFSCar e ainda não são objeto de intenso interesse por parte de pesquisadores do campo CTS, todavia é importante notar que este campo tem como objetivo promover “um campo de trabalho acadêmico cujo objetivo de estudo está constituído pelos aspectos sociais da ciência e da tecnologia” (BAZZO, 2003, p.119) sendo de grande importância as contribuições do campo CTS no entendimento do fenômeno do movimento da Economia Solidária.

O presente trabalho não teve como objetivo primordial realizar uma pesquisa aprofundada dos trabalhos já realizados sobre o tema Economia Solidária, no entanto a utilização dos dados disponibilizados no SIES, através da pesquisa de campo, além de indicar a situação dos empreendimentos brasileiros, toma o caráter de uma importante ferramenta tecnológica de auxílio no aprimoramento das iniciativas econômicas solidárias, como também fornece subsídios para os estudos que envolvem tão importante tema tenham uma importante fonte de dados.

CAPÍTULO 1 – DIRETRIZES TEÓRICAS

Mas a gente até que pode se perguntar: será que não fomos capazes de sobreviver, quando sobreviver era impossível, porque soubemos nos defender juntos e juntos compartilhar a comida? Esta humanidade de agora, esta civilização do salve-se quem puder e cada um na sua, teria durado algo mais que um instantinho neste mundo? (GALEANO, 2008, p. 4).

1.1 Neoliberalismo: a estrutura econômica

A expressão “neoliberalismo” está presente na maioria dos trabalhos que abordam ou tangenciam aspectos econômicos e sociais dos tempos atuais. Todavia, esta palavra aparece nos discursos com significados obscuros para a maioria das pessoas, obscuros porque o termo é utilizado ideologicamente para identificar determinados governos ou correntes políticas, como se o neoliberalismo fosse uma invenção de algum governo nacional ou tivesse ocorrido no espaço temporal de um mandato político. Assim, intentamos explorar o significado da expressão “neoliberalismo”, fazendo um resgate histórico para entender os seus significados, suas influências, seu *modus operandi*, pretendendo com isso contribuir para que a partir de estudos subsequentes novas alternativas de organização social possam ser encontradas.

O Liberalismo Clássico estava de acordo com o pensamento contido na *Utopia*, de Thomas More, como podemos ver no trecho:

(...), tal como um médico imbecil que só sabe curar as doenças dos pacientes provocando-lhes outros males, o príncipe que só sabe governar os súditos tirando-lhes a riqueza e as comodidades da vida tem de confessar a sua incapacidade para governar os homens. Resta-lhe governar a sua própria vida, renunciar aos prazeres desonestos e abandonar o orgulho, causas principais que lhe acarretaram o desprezo e o ódio do povo. Que viva a seu contento, sem prejudicar ninguém, sem gastar além das suas posses, dominando os vícios e a maldade, evitando as ocasiões de erro com um governo justo, que não consinta que o crime seja incrementado por um castigo injusto e desproporcionado (MORE, 2005, p. 44).

De acordo com o Dicionário Houaiss, a palavra “neoliberalismo” significa: “1. doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade

do século XX, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar o funcionamento do mercado **2** doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo (HOUAISS, 2001, p. 2009).

Esse significado expresso no dicionário já contém o embate ideológico deflagrado no mundo a partir do final da segunda guerra mundial entre as correntes que lutavam para estabelecer um tipo de hegemonia (ou visão de mundo) que, no final da década de 1970, com a escolha de Margaret Thatcher como primeira-ministra na Inglaterra, em 1978, e depois Ronald Reagan, como presidente dos EUA, em 1980, resulta no modelo neoliberal, cujos conceitos, como vimos, circulavam na sociedade mundial desde o final da Segunda Guerra, agora instaurado por vias democráticas, diferentemente do que havia acontecido no início dos anos 1970, no Chile e na Argentina, onde a estrutura neoliberal foi imposta por *“um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram o poder.”* (HARVEY, 2008, p. 48).

O neoliberalismo, ao implantar uma nova maneira de articular o mundo, lança mão do mesmo discurso utilizado anteriormente pela filosofia liberal, de garantir as liberdades individuais, daí a denominação “neoliberalismo”. Assim é conceituado por Harvey:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

O neoliberalismo não se apresenta como uma teoria restritiva de acesso à riqueza; pelo contrário, seus postulados pregam a distribuição de renda através de práticas de livre mercado e livre comércio. Por meio dessas práticas seriam liberadas as capacidades empreendedoras individuais, que, por sua vez, gerariam o bem-estar humano. No entanto, posto em prática, revelou-se que esta pretensa liberdade para acessar bens e serviços era na verdade uma armadilha que favorecia aos ricos em detrimento dos pobres, tanto que, a partir de 1979, com a posse de Paul Volcker como presidente do Federal Reserve, esta face ficou evidenciada com um novo enfoque político que visava precipuamente o interesse econômico, em detrimento de um entendimento que privilegiasse as responsabilidades sociais. Como esclarece Harvey:

o compromisso de longa data dos Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego (HARVEY, 2008, p. 32).

Como foi possível que uma política que abandonava os conceitos keynesianos do pleno emprego como objetivo central tivesse aceitação e fosse implantada? O pensamento neoliberal criou um novo paradigma social apoiado no princípio da liberdade, mas uma liberdade que no dizer de Karl Polanyi, citado por Harvey, consiste numa má liberdade, pois se trata de:

liberdade para explorar o semelhante ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço comensurável à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas em benefício público ou a liberdade de obter lucros de calamidades públicas secretamente planejadas para vantagens privadas (POLANYI apud HARVEY, 2008, p. 45).

O estabelecimento do pensamento neoliberal tornou hegemônica uma modalidade de discurso social que afetou e mudou amplamente o modo de pensamento das pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2008); esta mudança “*envolveu muita destruição criativa*” (HARVEY, 2008), que implicou na mudança das relações sociais, sustentando “*que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado*” (HARVEY, 2008, p. 13).

Considere-se ainda que, para que esta maximização fosse eficiente, tornou-se necessário o domínio das tecnologias da informação, processo que promove o surgimento de um novo tipo de sociedade denominado “sociedade da informação”, em que os relacionamentos deixam de ser pessoais e passam a ser informatizados e maximizados pelas tecnologias da comunicação, cujo fenômeno mais visível são as atuais redes sociais estabelecidas no hiperespaço, nas quais o contato humano inexistente, fazendo crer que agora podemos contribuir socialmente e criar uma coletividade de modo solitário, na frente apenas de uma tela de computador.

Em razão desta maximização, o neoliberalismo desenvolve um grande interesse nas tecnologias da informação, o que leva Manuel Castells a escrever que há “*uma nova*

estrutura social [...] associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (CASTELLS, 2007, p. 51).

Mas do que se trata este “informacionalismo”? Mais uma vez recorremos a Castells, que explica serem

as sociedades informacionais, [...] os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia [...] profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza (CASTELLS, 2007, p. 57).

A sociedade que nascia do informacionalismo não se constituía de um pacto social; a construção de um modo hegemônico de pensar e compreender o mundo dependeu da produção de uma profusão de artefatos tecnológicos que rapidamente estavam no mercado à disposição de todos os que deles pudessem lançar mão, pois imensas redes transnacionais viabilizaram *“a padronização de componentes e a personalização do produto final em grandes volumes, uma produção flexível, organizada em linha de montagem internacional.”* (CASTELLS, 2007, p. 178).

Assim, sob o olhar benevolente do neoliberalismo, a globalização estava lançada, valendo-se das enormes redes computacionais que começaram a surgir na década de 1980, após a tomada da internet pelas organizações comerciais. Isso somente foi possível com o concurso científico das ciências matemáticas e da computação, que se unem a um novo paradigma financeiro que passa a dominar o mundo, ou, como explica Castells:

A globalização econômica completa só poderia acontecer com base nas novas tecnologias da comunicação e informação. Os sistemas avançados de computação permitiam que novos e potentes modelos matemáticos administrassem produtos financeiros complexos e realizassem transações em alta velocidade. Sistemas avançadíssimos de telecomunicações ligavam em tempo real os centros financeiros de todo o mundo. A administração on-line permitia que as empresas operassem no país inteiro e no mundo inteiro (CASTELLS, 2007, p. 178).

Todavia, somente a ciência e a tecnologia, mesmo com toda a credibilidade alcançada pelo extraordinário progresso na área comunicacional, não poderiam realizar a tarefa de implantação de um pensamento hegemônico de tamanha magnitude; para isso, seria necessário o engajamento e concurso de governos e suas instituições na implantação e manutenção do pensamento neoliberal, conforme se pode depreender do texto seguinte:

nem a tecnologia nem a administração poderia ter desenvolvido a economia global sozinha. Os agentes decisivos da geração de uma nova economia global foram os governos e, em especial, os governos dos países mais ricos, o G-7, e suas instituições internacionais auxiliares, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Três políticas inter-relacionadas construíram os alicerces da globalização: a desregulamentação das atividades econômicas domésticas (que começou com os mercados financeiros); a liberalização do comércio e dos investimentos internacionais; e a privatização das empresas públicas (quase sempre vendidas a investidores estrangeiros). Essas políticas, iniciadas nos Estados Unidos em meados da década de 1970, e na Inglaterra no início da década de 1980, espalharam-se por toda União Européia na década de 1980 e se tornaram predominantes na maioria dos países do mundo, e padrão normal no sistema econômico internacional na década de 1990 (CASTELLS, 2007, p. 178).

A ação dos agentes que implantaram o modelo neoliberal no mundo contou, a partir da uniformização comportamental possibilitada pela padronização informacional, com dispositivos de fácil e amplo acesso à informação, gerando novos sentidos ao conceito de “liberdade”; o fenômeno comunicacional atingiu tal proporção que novas políticas foram implantadas com a calma aceitação exatamente daqueles que seriam os maiores prejudicados pelas consequências de tais políticas.

Este cenário é especialmente perverso e penaliza fortemente os países subdesenvolvidos, que necessitam de financiamento para o funcionamento de suas economias. Mais ainda, é uma situação que favorece o capital especulativo e leva ao surgimento de projetos nacionais excludentes, pois o investimento público dá lugar a outro tipo de investimento, aquele que pode remunerar os interesses dos grandes investidores internacionais em detrimento do progresso social. Refletindo sobre essa questão, assim argumenta Novaes e Dias:

Nesse cenário, é natural que a preocupação com as bases tecnológicas de um processo que permita a recuperação da cidadania dos segmentos mais penalizados, a interrupção da trajetória de fragmentação social e de estrangulamento econômico interno do País, e a construção de um estilo de desenvolvimento humano, se difundisse (NOVAES; DIAS, 2009, p. 26).

De qualquer modo, a economia global consolidou-se como o paradigma econômico da atualidade, caracterizando-se pela exacerbação do empreendedorismo capitalista e do consumismo, com uma força talvez impossível de ser revertida. Intrinsecamente ligada à política, envolve mundialmente os países numa rede econômica de

mútuos efeitos e consequências. Essa situação leva a algumas questões apresentadas por Castells:

Não obstante, o fato de que a economia global foi politicamente induzida logo no início não quer dizer que possa ser politicamente desfeita, em seus dogmas principais. Pelo menos, não com tanta facilidade. Isso porque a economia global agora é uma rede de segmentos econômicos interconectados que, juntos, têm um papel decisivo na economia de cada país – e de muitas pessoas. Depois de constituída tal rede, qualquer nó que se desconecte é simplesmente ignorado, e os recursos (capital, informações, tecnologia, bens, serviços, mão de obra qualificada) continuam a fluir no resto da rede. Qualquer indivíduo que se afaste da economia global acarreta custos elevadíssimos: a devastação da economia em curto prazo e o bloqueio do acesso às fontes de desenvolvimento. Assim, dentro do sistema de valores do produtivismo/consumismo, não há alternativa individual para países, empresas ou pessoas. Se não houver um colapso total do mercado financeiro, ou debandada de pessoas que sigam valores completamente diferentes, o processo de globalização está configurado, e se acelera com o passar do tempo. Depois de constituída a economia global, é característica fundamental da nova economia (CASTELLS, 2007, p. 188-9).

1.2 Economia Solidária: proposta de desenvolvimento territorial

Em contraposição à estrutura econômica dominante, surge uma nova proposta de desenvolvimento econômico baseada em princípios solidários, com outras formas de organização do trabalho, visando o desenvolvimento territorial, regional e local. Assim, é pertinente tentar, em primeiro lugar, estabelecer a noção de território.

O uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Portanto, o território habitado não é um espaço inerte ou um palco onde a vida se dá. Ao contrário, é um quadro de vida, híbrido de materialidade e de vida social. Sinônimo de espaço geográfico, pode ser definido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1994, p. 16). Ainda mais, nas palavras de DÁvila:

...a definição de qualquer pedaço do território deve levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a

natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. É preciso examinar paralelamente os fixos, o que é imóvel, e os fluxos, o que se move. Nesse quadro a vida da nação se desenvolve (D'AVILA, 2009, p. 129).

Assim, como dissemos, para entender o que significa desenvolvimento territorial, é necessário que façamos uma reflexão a respeito da abrangência de significados da palavra território. A proposição “desenvolvimento sustentável de base territorial” carece de melhores definições sobre os reais significados das palavras que a constituem, ou seja, “desenvolvimento” e “base territorial”.

A reflexão a respeito da noção de território necessita ser aprofundada, considerando-se que é nesta determinada localização espacial que os homens vivem, de modo que é preciso que esta localização espacial tenha sentido para os que o habitam. Este significado seria dado pela ação de uma determinada comunidade que, numa ação conjunta, construiria os sentidos do espaço; ou, como explica Milton Santos:

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário (SANTOS, 2007, p. 81).

Deste modo, o território não é um lugar valorizado intrinsecamente, depende de fatores que valorizam ou desvalorizam o espaço. Todavia, influencia diretamente a vida dos homens que o habitam. Vejamos a este respeito o que diz Santos:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição (SANTOS, 2007, p. 107).

Segundo Santos, “pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação” e mesmo com o mesmo padrão de rendimentos, teriam valores diferentes segundo o ponto do território em que habitassem. Assim, o acesso a serviços públicos teria o poder de determinar o valor de determinados territórios e conseqüentemente o valor dos que habitassem estes espaços. Deste modo, “enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar*

poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam.” (SANTOS, 2007, p. 107).

Evidencia-se que o lugar onde se encontra o homem-cidadão tem peso quanto ao usufruto dos seus direitos e mesmo seus deveres, como, por exemplo, o acesso às fontes de informação, pois na fase atual da economia “ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mutações tão rápidas que atingem a vida cotidiana” (SANTOS, 2007, p. 113).

Logo, considerando a estreita relação entre o território e seus habitantes, os empreendimentos econômicos solidários teriam, entre outras atribuições, a de permitir, aos seus participantes, reflexões a respeito dos sentidos de território e das consequências que adviriam dessas significações, o que levaria os Empreendimentos Solidários para além da dimensão econômica.

Por outro lado, o conceito de território, aparentemente, está intimamente ligado ao entendimento do significado e origem do espaço urbano denominado cidade, já que à cidade parece referir-se a noção de território, ou a sua totalidade ou a parte dela, portanto, nela inapelavelmente contido. Considerando que as inovações da tecnologia da informação eliminaram distâncias, incluiríamos neste contexto também os espaços rurais, sobretudo considerando que o movimento da Economia Solidária tem importantes ações no campo.

Neste ponto, será importante entender como se estabelece, no Brasil, o conceito de cidade; conforme aponta José Eli da Veiga, a definição de cidade como espaço territorial definido surgiu, no Brasil, na primeira metade do século XX, com um decreto-lei que estabeleceu os critérios de agrupamentos urbanos:

A vigente definição de “cidade” é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais (VEIGA, 2001, p. 1).

Como fica evidente no texto citado, o conceito de cidade foi instituído arbitrariamente pelo poder político ditatorial da era Vargas, sem levar em conta qualquer aspecto sociopolítico preexistente; bastava apenas que fossem “sedes municipais” para os agrupamentos serem alçados à categoria de “cidade”. O decreto não levou em consideração o fato de que várias das localidades “promovidas” ao *status* de cidade eram pouco mais que vilarejos rurais, de uma hora para outra elevados a aglomerados urbanos. Essas mudanças

foram posteriormente consolidadas pelos políticos que as apoiaram visando apenas a seus projetos de realização pessoal, com o objetivo de ampliarem suas bases políticas.

Até hoje o conceito de “cidade” segue o estatuído pelo Decreto-Lei 311, de 1938, e, mesmo após a aprovação do *Estatuto das Cidades*, cidades com menos de 20 mil habitantes ficaram desobrigadas de elaborar um Plano Diretor, corroborando os dizeres de SANTOS (SANTOS, 2007, p. 81) de que o território pode ser a “sede de uma vigorosa alienação”. E será neste sentido que a pesquisa avançará confrontando o papel dos Empreendimentos Econômicos Solidários e seu papel no processo de conscientização dos cidadãos para a construção de saberes, mesmo que fragmentários.

Por outro lado, em oposição à visão normativa relatada por Veiga, em que o governo estabelece por ato legislativo o espaço urbano, encontramos em Castells outro olhar sobre a problemática da organização das sociedades, entendendo que estas se autorregulariam pela interação dos seus componentes. Atentemos para suas palavras:

Um dos mais antigos debates da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade, primeiro em razão da urbanização, e depois por causa da suburbanização. Pesquisas fatuais realizadas há algum tempo, mais notadamente por Claude Fischer e Barry Wellman, parecem ter refutado a noção simplista de uma covariação sistemática entre espaço e cultura (CASTELLS, 2008, p. 78).

Desse modo, a despeito de legislações que, de forma impositiva, estabelecem transformações artificiais no ambiente social, não podemos deixar de considerar que os agrupamentos humanos autorregulam-se e, conforme indicado por Castells, o ambiente local passa a ser definido pelas relações que se estabelecem entre as pessoas que partilham de um rol comum de interesses, ou seja, essas pessoas interagem no espaço urbano que ocupam e organizam-se em torno de interesses locais, organizando-se em redes sociais. Neste sentido, indica o texto:

As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas (CASTELLS, 2008, p. 79).

Com esse direcionamento, impõe-se discernir as relações e interações que se estabelecem entre os Empreendimentos de Economia Solidária e o ambiente social de múltiplas conexões; e mais, discutir se tais empreendimentos, através de suas práticas

autogestionárias, tem sido participantes de um processo de alteração de dinâmicas sociais capitalistas para uma visão de desenvolvimento como processo onde “a expansão da liberdade é vista, [...] como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 55).

Mais ainda, necessita-se considerar o fato de que as cidades, conforme foram sendo constituídas ao longo do último quarto do século XX, mergulharam no mundo informacional, instituindo uma concorrência globalizada fundada nas empresas em rede, o que deslocou uma parcela significativa da população para a margem dos benefícios que poderia auferir do progresso. Conforme diz Castells “pois os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza” (CASTELLS, 2007, p. 57).

A marginalização efetiva-se especialmente pelo fato de que a visão neoliberal, majoritária na estrutura socioeconômica dos últimos trinta anos, propugnando que o crescimento do todo levaria obrigatoriamente ao progresso de todos, revelou-se falsa, com o crescente aumento da exclusão social e econômica.

1.3 Ciência, Tecnologia e Sociedade: a linha de pensamento

A exposição “Hitler e os alemães: povo e crime”, realizada em Berlim no mês de janeiro de 2011, traz inúmeros documentos sobre o período nazista que assolou a Alemanha nas décadas de 1930 e 1940. A exposição retrata o cotidiano do período nazista, como comunicações entre empresas e os campos de concentração, relatando atrasos na entrega de exaustores de gás utilizados nos crematórios que incineraram milhões de seres humanos. Alguns documentos da época são tão horripilantes que os curadores da exposição decidiram não mostrá-los, mas alguns vazaram e deles podemos tomar conhecimento, graças ao que a “revista Piauí”, em reportagem, chama de “NAZILEAKS”, numa referência ao escândalo protagonizado pelo site Wikileaks. Num dos documentos a empresa TOPF & SÖHNE oferece um método avançado para acelerar o processo de incineração das pilhas de crianças dizimadas nas câmaras de gás.

Para pôr os corpos na fornalha recomendamos um simples garfo de metal sobre cilindros. Cada fornalha terá um forno medindo 60 centímetros por 45, uma vez que não serão usados caixões. Para transportar os cadáveres dos

locais de armazenamento às fornalhas, sugerimos o uso de carrinhos leves, cujo diagrama em escala segue anexo (Revista PIAUI, 2011, p. 7).

O que o trecho retrata, além da forma abjeta como as pessoas eram tratadas, é simplesmente um relato técnico de uma ação administrativa, com referências a processos logísticos: “transportar ... dos locais de armazenamento”; descrições técnicas de equipamentos necessários ao dia a dia das operações dos “*negócios*”: “sugerimos o uso de carrinhos leves, cujo diagrama em escala segue anexo”; equipamentos, ou maquinaria, necessárias ao funcionamento da linha de produção: “cada fornalha terá um forno medindo 60 centímetros por 45”, “recomendamos um simples garfo”.

Em 25 de julho de 1945, justamente dez dias antes que, em 5 de agosto de 1945, os Estados Unidos da América lançassem sobre a cidade de Hiroshima, e portanto sobre seres humanos, a primeira bomba atômica, Vannevar Bush entregava ao governo americano o documento “Ciência: a fronteira sem fim”, em que argumentava:

la ciencia no representa una panacea para los males individuales, sociales y económicos. Sólo puede ser eficaz para el bienestar nacional como integrante de un equipo, ya sea em condiciones de paz o de guerra. Pero sin progreso científico, no hay logro en otras direcciones, cualquiera sea su magnitud, que pueda garantizar nuestra salud, prosperidad y seguridad como nación en el mundo moderno (BUSH, 1945, p. 10).

Ressalta-se, portanto, nessas considerações, o caráter contraditório da ciência, pois, se de um lado, como afirma o texto, “la ciencia no representa una panacea para los males individuales, sociales y económicos”, de outro, através das tecnologias por ela fomentadas, resulta um progresso que não traz sustentabilidade ambiental e nem tampouco humana. Ou então, se, como registramos acima, os alemães utilizaram um discurso científico e recursos tecnológicos para cometer barbaridades e as forças aliadas do ocidente lançaram sobre centenas de milhares de japoneses duas bombas atômicas, apoiados na discutível justificativa de abreviar a guerra, por outro lado, afirma Bush que “sin progreso científico, no hay logro em otras direcciones...que pueda garantizar nuestra salud, prosperidad y seguridad”.

Confirmando essa contradição, após a 2ª Grande Guerra, no período chamado de “Guerra Fria”, sob os auspícios da ciência e do desenvolvimento tecnológico, incrementou-se a indústria bélica, lançando a humanidade, por mais de cinquenta anos, numa insana corrida armamentista que absurdamente permitiu produzir armas extremamente poderosas, capazes mesmo de destruir o planeta.

Entretanto, com a onipresença da tecnologia no cotidiano da humanidade, tornou-se senso comum não questionar seus produtos e resultados; a confiança nos produtos tecnológicos suplantou a racionalidade e passou para o campo da “crença religiosa”, como o trecho seguinte bem ilustra:

Quer ele penetre ou não dentro dos segredos do pensamento científico, este “pequeno homem” prefere para o seu conforto intelectual adorar as vacas sagradas da nova religião contemporânea. Há muitas delas, há uma mistura da “relatividade”, Einstein, Oppenheimer, com Monod e o inventor do náilon, os “laboratórios” longínquos onde se destila a magia etc., em torno de seres, de lugares e de coisas incompreensíveis. Ele coloca a seu alcance ao mesmo tempo respeito e hostilidade. Certamente, ele tem maior respeito pela lista vertiginosa dos miligramas de cátion com nome grego sobre a etiqueta de água mineral que ele consome em sua mesa como indicações do doutor – em medicina: ele confunde alegremente a ciência do professor que assinou a etiqueta com a saúde física que ele retirará de seu consumo – técnica biológica. É, de maneira muito exata, o que se pode chamar de kitsch: os aspectos decorativos do vocabulário químico-latino tomando o lugar de funções que ele não compreende e não se espera mesmo que compreenda esse kitsch que se manifesta no jaleco branco ou no diploma de doutor, que às vezes pode até ser perigoso. Não é necessário insistir aqui sobre o potencial fenomenal da caixa de ressonância televisiva e de todas as mídias conjugadas para sustentar uma visão científico-prática da virtude cívica _ “façam tal coisa...” - que se reduz dentro da vida cotidiana a uma coleção de respeitos e proibições - “a carne grelhada dá câncer...” -, de imposições _ “coloquem os cintos de segurança” -, de admirações beatas - “Freud, Einstein, Marx” - em todos os pontos comparáveis às religiões das quais o homem tinha acreditado libertar-se as substituindo pela – deusa – Razão (MOLES, 1995, apud BAZZO, p. 358).

De qualquer modo, o histórico mundial a partir dos acontecimentos do final da Segunda Guerra Mundial, com as explosões dos artefatos nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, bem como o posterior acirramento da Guerra Fria, trouxe à baila e sustenta, até hoje, a discussão sobre o papel da Ciência e da Tecnologia como garantidoras da paz, do bem estar e do progresso. Como esclarece BAZZO:

estabeleceu-se o que poderíamos chamar de “contrato social” para a ciência, hoje entendida também para a tecnologia. Nos países ocidentais assumiu-se que elas podiam servir igualmente para satisfazer as necessidades da defesa nacional, do crescimento econômico e da melhora das condições de vida de todos os cidadãos. Como já salientado, esse consenso se quebra nos finais dos anos 1960, quando se cria e se consolida uma série de movimentos de protestos contra certas linhas de desenvolvimento tecnológico e contra o papel tradicional dos “*experts*” nas tomadas de decisões. Para todos esses grupos contraculturais, associações pacifistas, organizações ecologistas ou feministas, a ciência e a tecnologia tornam-se então objeto de análise e de debate público (BAZZO, 2010, p. 156).

Na realidade, esse questionamento a respeito do papel da ciência e da tecnologia como fonte de bem-estar para os seres humanos, surgiu ao mesmo tempo do movimento neoliberal, que propunha uma concepção ufanista de uma ciência e tecnologia benevolentes, entendendo-as como garantidoras da liberdade individual.

Assim, a ideia de liberdade não é uma proposição apenas do pensamento econômico, mas também uma importante contribuição da ciência e tecnologia, que, segundo Bazzo, “*conduziram o homem unilateralmente a um engrandecimento devido ao seu poder libertador*” (BAZZO, 2010, p. 260); ou ainda, conforme ensina Ayarzagüena, se for feita uma análise acrítica da ciência e da tecnologia, fica reforçado seu caráter libertador:

a atividade técnica é o que diferencia o homem dos animais, de tal forma que sem a técnica não haveria ser humano; enquanto o animal tem que se adaptar ao meio por suas necessidades naturais, o homem, graças a esta prerrogativa, pode adaptar o meio a ele; a técnica é assim libertadora; b) a ciência e a tecnologia nos liberam de incômodos; os benefícios materiais que proporciona o progresso tecnológico nos permitem “viver melhor”; o progresso científico-tecnológico tem proporcionado bem-estar e tempo livre, ambos necessários para a felicidade humana; c) os avanços científico-tecnológicos em relação aos transportes e à comunicação têm permitido ao homem um mais amplo conhecimento do mundo; estes aspectos, junto com a informática, proporcionam uma maior liberdade (AYARZAGÜENA, 1996 apud BAZZO, 2010, p. 260).

Desse modo os estudos CTS buscam compreender a dimensão social da ciência e da tecnologia, bem como entender seus antecedentes sociais bem como suas consequências. Tem como objetivo romper com o entendimento, hoje questionada, de que a ciência, considerada como o conjunto de conhecimento, era livre das implicações ligadas aos valores e compromissos práticos (GARCIA, 2000, p.31). Mais, os estudos CTS, discutem e colocam em questão a concepção clássica unidirecional do progresso humano, onde “ciência = + tecnologia = + riqueza = + bem estar social” (GARCIA, 2000, p. 31 e BAZZO, 2003, p. 120).

Assim ao lançar os olhos sobre os empreendimentos solidários e sua abrangência sobre o território, visto a partir da análise dos questionários do SIES 2005/2007, “os estudos CTS definem hoje um campo de trabalho recente e heterogêneo, ainda que bem consolidado, de caráter crítico a respeito da tradicional imagem essencialista da ciência e da tecnologia, e de caráter interdisciplinar por convergiem nele disciplinas como filosofia e a história da ciência e da tecnologia, a sociologia do conhecimento científico, a teoria da educação e a economia da mudança técnica” (BAZZO, 2003, p. 125).

CAPÍTULO 2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

Todos os empreendimentos coletivos exigem confiança. Das brincadeiras infantis às instituições sociais mais complexas, os humanos não conseguem atuar juntos a não ser suspendendo a desconfiança que sentem uns pelos outros. Uma pessoa bate a corda, a outra pula. Uma pessoa segura a escada, a outra sobe. Por quê? Em parte pela esperança da reciprocidade, em parte também pela inegável propensão natural de cooperar no trabalho, para o benefício coletivo. (JUDT, 2011, p. 67/68).

Com o objetivo de entendermos aspectos da Economia Solidária, enfocaremos, neste capítulo, alguns conceitos relacionados a esta nova proposta de organização econômica, que contempla não apenas o desenvolvimento material, mas o aprimoramento dos indivíduos como seres humanos perfeitamente integrados em seu território.

2.1 Desenvolvimento Local

Desenvolvimento local é um processo de articulação de potencialidades existentes em uma determinada localidade para favorecer o crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da população. É o um produto do conhecimento e aproveitamento de oportunidades existentes no espaço comunitário. No entanto o conceito é novo e tem suas primeiras discussões a partir dos movimentos gerados pela globalização.

Porém nem sempre foi assim, pois “até a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, não se ouvia falar em “desenvolvimento”, mas em “progresso material” (KRONEMBERGER, 2011, p.19).

Esse modelo começou a perder força na década de 1960 com o crescimentos das preocupações com o meio ambiente, com a globalização da poluição.

Na década de 1980 a noção de desenvolvimento passou a ser associada à noção de sustentabilidade, no qual o conceito era “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades” (CNUMAD, 1991, p. 46 apud KRONEMBERGER, 2011, p. 21).

As mudanças introduzidas pela constituição de 1988 incorporaram ainda outras “questões relativas ao desenvolvimento sustentável, tais como a justiça social e a solidariedade, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, e a igualdade de gênero e raça” (KRONEMBERGER, 2010, p. 21).

Em 1992, durante a realização da II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) no Rio de Janeiro foi assinada por governantes de 170 países a “Agenda 21” que fornecia diretrizes para alcançar o desenvolvimento sustentável do planeta no século XXI.

O processo de formulação da Agenda 21 possibilitou o surgimento de um novo significado à dimensão local pela criação de um espaço de diálogo e negociação que favoreceu uma mudança de ver o papel do Estado em relação aos problemas socioambientais. Isto permitiu que os cidadãos e os movimentos sociais, adquirissem uma nova identidade. Após a ECO-92 o desenvolvimento local ganhou no Brasil uma dimensão nova a partir de discussões que surgiram em torno das Agendas 21 Locais (KRONEMBERGER, 2011).

Para outras reflexões lançamos mão de alguns autores na intenção de definir o processo de desenvolvimento local. Assim: “*Desenvolvimento Local é um processo que move energias, recursos e talentos de pessoas e organizações para favorecer a cidadania e melhorar as condições de vida da população de determinado espaço geográfico socialmente definido*” (CALAME, 2004; JESUS, 2003 apud AKERMAN, 2005, p.83).

E mais ainda, acrescentamos:

Desenvolvimento Local pode ser entendido como uma ação deliberada, coordenada, descentralizada e com ampla participação de todos os atores relevantes para ativar a cidadania e, por meio dela, ser ativada para melhorar de maneira substancial as condições de vida dos habitantes de uma localidade (AKERMAN, 2005, p. 39).

A busca de um desenvolvimento social que contemple as necessidades do ser humano levam a algumas questões: Como sair da armadilha produzida pelo neoliberalismo? Como rearticular valores que antecederam tal armadilha? A saída pode estar no movimento de refluxo, um caminho de volta que permita ao homem reconhecer seus espaços reais sem abandonar a modernidade trazida pela tecnologia, pois não se deseja “*uma volta às cavernas*”, mas sim desalienar o homem, colocando-o em contato com o espaço onde vive, pois, como ensina Milton Santos, “*quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.*” (SANTOS, 2007, p. 81).

Assim, o território, para que não seja sede de alienação, precisa ser um espaço pleno de simbolismos, não pode ser um local pré-fabricado, um espaço que não contou com a participação dos indivíduos que nele habitam, pois *“o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos”*, o território é o local da *“solidariedade orgânica, quando o essencial da divisão do trabalho é praticado na área”*. O processo de alienação se intensifica quando se passa do regime do orgânico para o império do organizacional, ou seja, quando muitas das coisas que fazemos procedem de um tipo de organização que, ultrapassando os limites locais, leva à regulação que também ultrapassa estes limites e traz consigo os *“germes da alienação regional”* (SANTOS, 2007, p. 82).

Nesse caso, ocorrem dois processos: o de desterritorialização, que é a alienação regional, quando as pessoas são levadas a executar demandas de regiões diferentes da que habitam e a desculturalização, quando o homem, deslocado para a cidade grande, abandona uma cultura para se defrontar com outra.

Num sentido oposto, defendem alguns sociólogos uma visão endógena, que enfoca o desenvolvimento local como um processo que se direciona de dentro para fora, que potencializa as capacidades locais, que visualiza o lugar como um polo de experiência e cultura, como bem esclarece Oscar Madoery:

en la perspectiva del desarrollo endógeno, el territorio adquiere otras connotaciones. Una superficie simbolizada, dotada de significado a partir de los procesos sociales diversos que en él se expresan. Un entorno donde se fraguan las relaciones sociales y económicas, terreno de interacciones múltiples y constitución de actores. Un lugar de identidad, de pertenencia, donde la cultura y otros rasgos locales no transferibles se han ido sedimentando y afirmando en el tiempo. Un ámbito de especialización productiva, de externalidades, proximidad y de procesos organizativos y de aprendizaje. Un lugar donde las instituciones públicas y privadas interactúan para regular la sociedad (MADOERY, 2006).

A valorização do território como agente da sua própria evolução traz em seu bojo a valorização do indivíduo, que passa a fazer parte de um todo significativo, que contribui com sua experiência e vivências na constituição da feição cultural do seu entorno. Deste modo, Sergio Boiser, lembrando Celso Furtado: *“Celso Furtado, un economista de enorme prestigio, escribió en 1982 que el desarrollo es, en último término, un asunto económico, pero es principalmente un asunto sociológico que implica una movilización de las fuerzas latentes en la comunidad”*, argumenta:

Considero que se está dando un proceso de revalorización de las personas por su bienestar, entendiéndolo no sólo en su aspecto económico, sino como el hecho de sentirse bien en términos más generales. Esta es una idea que en los últimos años se ha difundido en el mundo entero. De hecho, actualmente se realizan numerosas investigaciones empíricas con el fin de fundamentarla. El hecho de sentirse bien tiene que ver con elementos que son bastantes subjetivos; tiene que ver con la salud, con la amistad, la solidaridad, la calidad del medio en que se vive, el aire, el agua, el amor –en un sentido genérico, siguiendo las ideas de Maturana o Platón, como expresión del reconocimiento mutuo entre las personas–. La gente valoriza la paz y la seguridad personal, por ejemplo, además del dinero (BOISER, 2006).

Percebe-se, portanto, outra concepção de desenvolvimento, que nos remete à contraposição de Milton Santos entre “*regime do orgânico*” e “*império do organizacional*”, ao embate entre ação e força endógenas e ação e força exógenas, entre processo centrífugo e processo centrípeto, ou, como conceitua Boiser, a diversidade entre crescimento e desenvolvimento:

Entonces, empieza a ocurrir lo que han dicho algunos pensadores que han tenido un enfoque más subjetivo, cualitativo e intangible del desarrollo, y es que el crecimiento comienza a ser delimitado a los avances en la capacidad de producción de bienes y servicios, y eso es esencialmente crecimiento. El desarrollo, en cambio, aparece como una cosa mucho más compleja y con muchas más dimensiones, con muchos satisfactores difíciles de medir, pero que están ahí. Sería algo así como el logro del contexto que facilita la potenciación del ser humano para convertirse en persona humana en su faz espiritual y su faz biológica. Estas dimensiones que componen el desarrollo son altamente subjetivas, no todas las dimensiones coinciden entre las distintas personas o comunidades (BOISER, 2006).

Em outras palavras, Oscar Madoery reafirma os autores citados, ressaltando o confronto entre quantidade e qualidade na questão do desenvolvimento territorial:

De este modo, el desarrollo endógeno no es un enfoque exclusivamente productivista, no sólo trabaja el tema de la acumulación, sino también el de la distribución, de las pautas institucionales y de acción colectiva predominantes en una sociedad. Se preocupa por las condiciones de reproducción del conjunto de la sociedad, no sólo de la reproducción del capital. No sólo de la acumulación de riqueza territorial, sino de la calidad de vida de las personas en el territorio (MADOERY, 2006).

Estas questões aproximam novamente Milton Santos, quando este afirma que “o papel do indivíduo não se exalta na subordinação social ao individualismo. Individualidade e individualismo se opõem, são estados de ser antagônicos.” (SANTOS, 2007, p. 101), como também o conceito de liberdade imposto pelo pensamento neoliberal, que fala da “liberdade para explorar o semelhante ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço comensurável à sociedade” (POLANYI apud HARVEY, 2008, p. 45) . Santos aponta que:

a meta da liberdade começa no espírito do homem e a condição de liberdade é a imersão do indivíduo renovado numa sociedade onde o homem é o sujeito e não o objeto. É fundamental, todavia, ultrapassar a reconstrução solidária do indivíduo e transformá-la em ação solidária. A individualidade somente se realiza no grupo (SANTOS, 2007, p. 102).

Na busca da desconstrução do homem solitário e egoísta, preconizado pelo modelo neoliberal, em direção à construção do homem solidário, voltamos a Milton Santos para lembrar que “em comunidade com outros, o homem é capaz de cultivar em todas as direções todos os seus dotes, afirmando a sua liberdade, pois não há liberdade solitária.” (SANTOS, 2007, p. 103).

2.2 Economia Solidária

A Economia Solidária vem como uma tentativa de solução para o alto índice de desemprego que assola a economia formal a partir de 1980, aumentando de intensidade na década de 90. A Economia Solidária é assim definida por André Ricardo Souza:

A economia solidária é essencialmente um movimento social que se pretende organizador de formas igualitárias e democráticas de produção, consumo, poupança e crédito. Tem como idéia básica a recuperação do chamado cooperativismo autêntico, iniciado na Europa do séc. XIX e que se orienta pelos princípios da autogestão. É constituído tanto pelas unidades de produção econômica, sejam elas cooperativas ou não, quanto por entidades e indivíduos que lhes dão apoio técnico, financeiro e, sobretudo, político (SOUZA apud DAL RI, 2010, p. 161).

São várias as denominações para esse tipo de movimento de transformação econômica, tais como: economia popular solidária, economia social, sócio-economia solidária, economia do trabalho, economia humana, economia de reciprocidade (SOUZA,

2003, p, 46), sendo ora apreciada do ponto de vista social, ora do econômico, ora do político, ora do ideológico:

Muitos autores interpretam a economia solidária como forma de resistência dos setores populares à crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social. Entre eles, vários enxergam, além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação social e entendem a economia solidária não só como uma necessidade material mas também como uma opção ideológica. Alguns argumentam inclusive que se trataria de economia alternativa ao modelo capitalista. Segundo as diferentes abordagens, esse caráter alternativo pode ser entendido como resposta da tradição socialista de base associativa e autogestionária ao colapso do socialismo real (uma economia socialista), ou pode ser analisado dentro do contexto de formas mais recentes de resistência social por meio da organização da sociedade civil, ou ainda pode levar em conta que a economia dos setores populares se contrapõe à economia capitalista porque envolve setores do trabalho e não do capital (daí os termos economia popular e economia do trabalho, muito usados na América Latina) (SOUZA, 2003, p. 46-7).

Os empreendimentos solidários, segundo lemos no site do Ministério do Trabalho e Emprego, pautam-se por algumas diretrizes, cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica:

- a. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b. **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- c. **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

- d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (BRASIL, 2011)

Da leitura desses vetores evidencia-se a importância do caráter de autogestão das empresas, pois nela estão implícitas as ideias de propriedade coletiva; de trabalho solidário, sem patrões nem empregados; de divisão igualitária de resultados financeiros; de divisão de responsabilidades, ou seja, da implementação de processos decisórios de caráter coletivo; de dinâmicas de assembleias; de comunhão de interesses, objetivos e esforços; de respeito mútuo; de participação ativa de todos e de toda a comunidade; enfim, a questão vai além de uma mudança de estrutura econômica, ela atinge mais profundamente o indivíduo, implicando numa transformação de visão de mundo.

Enfim, como uma reação a uma situação econômica problemática, a economia solidária atua em duas vertentes:

De um lado, surge como uma tentativa de reerguer empresas falidas ou projetos comprometidos economicamente e, neste caso, tenta uma reconstrução da forma de gerenciamento do empreendimento, passando por uma fase de desestruturação das relações hierarquizadas de capital/trabalho, patrão/empregado, para uma proposta autogestionária de feição democrática, em que todos participam, como vimos acima, do gerenciamento da empresa.

Por outro lado, surgem os empreendimentos já projetados numa estrutura solidária, uma solução de continuidade à forma de cooperativas já existentes, efetivando-se como uma alternativa à economia tradicional do mercado neoliberal, com o diferencial da autogestão.

Na realidade, a Economia Solidária era uma necessidade que se fazia sentir desde muito tempo e que vinha se realizando em experiências que datam desde o início do século passado, como veremos a seguir.

2.3. Cooperativismo e seus desdobramentos: economia do trabalho, economia popular, economia solidária.

Com o espírito de criar uma liberdade comunitária, a economia solidária toma força no final do século XX como resposta dos trabalhadores ao avanço do pensamento neoliberal, que tem como uma de suas características a precarização das relações de trabalho e a busca do Estado Mínimo, que eliminaram incontáveis postos de trabalho formal pelo mundo. Entretanto, esse pensamento tem origem histórica nas lutas dos trabalhadores do início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, que se torna uma forma de resistência ao brutal avanço do capitalismo industrial, orientando-se pelos princípios da autogestão.

Já em 1830, na Inglaterra, o industrial Robert Owen formou várias aldeias cooperativas, estimulando a formação de cooperativas industriais apoiadas em sindicatos. Entretanto, o chamado owenismo, um movimento socialista de cunho utópico, não prosperou, com forte repressão dos sindicatos.

Por outro lado, em 1844, um grupo de operários da indústria têxtil, também owenistas, criam a Cooperativa de Rochdale:

Criada em 1844 por 28 operários - 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a "Sociedade dos Probos de Rochdale" (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico.

Esses operários enxergaram o associativismo como forma de contornar, por meio da compra e venda comum de mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados - tendo alugado, com o capital inicial de 1 (uma) libra, um armazém para estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, poderiam ser consumidos a preços mais baratos.

Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas, logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da sociedade aumentou para 180 libras e, cerca de dez mais tarde, o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso da iniciativa passou a ser exemplo para outros grupos.

(<http://www.gestaocooperativa.com.br/tabid/470/articleType/ArticleView/articleId/22/A-primeira-cooperativa--Rochdale.aspx>)

A cooperativa de Rochdale teve sucesso econômico, evidenciando, dessa forma, que nos interstícios de uma estrutura capitalista é possível estabelecerem-se atividades

econômicas guiadas por outros parâmetros, e dando origem a um movimento cooperativista que se espalhou pela Grã-Bretanha e outros países europeus (SINGER, 1998, p. 112-3). Esclarece ainda Paul Singer que, além de demonstrar a possibilidade de atividades de teor socialista num cenário de capitalismo industrial,

A experiência dos pioneiros de Rochdale oferece outra lição significativa: não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção. A posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente auto-suficiente, para não ser “contaminada” pelo ambiente capitalista (SINGER, 2002, p. 112).

A experiência demonstrou, portanto, “*que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados.*” (Idem, p.113) Essa concepção é ainda reforçada por Singer, ao considerar as alternativas socialistas que tentam afirmar-se no cenário capitalista, dizendo sobre as cooperativas:

sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo. Há diversos tipos de cooperativas, todos, em tese, submetidos aos mesmos princípios, que podem ser resumidos da seguinte forma: toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou proporcional à contribuição de cada sócio para estes resultados (SINGER, 2002, p. 122).

Notam-se dois tipos de cooperativas, de consumo, poupança e crédito, de um lado, e de produção, de outro, com perfil e atuação diversa no mercado formal. Assim expõe Singer:

As primeiras preenchem uma lacuna ao prover os consumidores de meios de se defender das grandes empresas e dos bancos, que frequentemente abusam de sua confiança. Já as segundas apresentam problemas sérios ao emular suas congêneres capitalistas para competir com elas (SINGER, 2002, p. 113).

No cenário brasileiro, muitas iniciativas de caráter cooperativistas foram realizadas, algumas com relativo sucesso, talvez nem sempre realizando plenamente o espírito

da Economia Solidária. Daí a resistência a adotar a estrutura cooperativista, como se percebe no trecho:

O formato jurídico de Cooperativa logo se mostrou como o modelo mais adequado para a garantia da autogestão, tanto para as empresas recuperadas como para os empreendimentos populares. A resistência anterior em adotar a bandeira do cooperativismo (destacando sempre a *autogestão*) dava-se por conta de marcar diferenças ideológicas e práticas com o cooperativismo existente no Brasil. A partir do desenvolvimento da economia solidária e da consolidação das empresas como cooperativas de produção, o cooperativismo brasileiro passou a ser ressignificado e as empresas e empreendimentos de economia solidária tornaram-se cada vez mais diferenciadas das inúmeras cooperativas brasileiras tradicionais, principalmente das agrícolas tão afastadas do autêntico cooperativismo (ADRIANO apud DAL RI, 2010, p. 121).

Entretanto, apesar de historicamente o cooperativismo ser sua forma principal, com uma tradição de responsabilidade social e atendimento aos interesses comunitários, de princípios democráticos e de autogestão, a Economia Solidária assume diversas outras formas estruturais, sempre baseadas em valores democráticos e coletivistas. São empreendimentos de autogestão; grupos informais; associações de trocas de mercadorias e serviços, uma forma de escambo ou de uso de uma moeda de circulação restrita; associações de produtores; redes de produção, consumo, comercialização; instituições financeiras que apoiam iniciativas solidárias; empresas recuperadas, e outras; iniciativas, de todo modo, pautadas pelos princípios de autogestão e cooperação, tanto no ambiente rural quanto no urbano.

Uma primeira ação autogestionária, em uma empresa recuperada, ocorre em 1991, na cidade paulista de Franca, um polo da indústria de calçados, quando os empregados da fábrica Makerli, que havia sido fechada, assumem a direção da empresa. A ação dos trabalhadores tem como objetivo primeiro manter sua fonte de trabalho, mas, de todo modo, o fato constitui um fenômeno econômico-social inusitado, constituindo-se de um lado, numa tentativa de solução de uma crise e, de outro, numa tentativa de uma nova modalidade de gestão de empresa.

Um marco no desenvolvimento dos projetos solidários foi a criação, durante um Encontro Nacional, da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), em 1994. A importância dessa Associação pode ser aquilatada pelas palavras de Patrícia L. Adriano, num histórico que traça sobre a Anteag:

o grupo fundador da ANTEAG iniciou a construção de uma metodologia de assessoria e qualificação dos trabalhadores para a autogestão, baseada nas experiências da pedagogia popular e na atuação a partir da realidade dos trabalhadores que viviam a mudança de empregado para sócio-trabalhador. A formação e a assessoria foram, dessa forma, elementos centrais na atuação da ANTEAG com as empresas, uma vez que a recuperação e a mudança para uma empresa autogestionária exigiam dos trabalhadores uma série de habilidades e comportamentos os quais eles não possuíam enquanto empregados das empresas convencionais (ADRIANO apud DAL RI, 2010, p. 120).

Segundo lemos no referido artigo, o apoio aos empreendimentos econômicos solidários apresentou-se, desde o início, por parte de ONGs cariocas, que possibilitaram criar, em 1995, o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Esta prática vai ser uma constante no movimento solidário, assessorado continuamente, e de diferentes maneiras, por ONGs dos mais diversos tipos.

Também a Igreja Católica, já desde o início da década de 1980, patrocina pequenos empreendimentos solidários, chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Esses projetos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária. Sobre isso, lemos:

Há também outra forma de economia solidária brotando aqui e acolá em muitas cidades brasileiras e também em outras latino-americanas. São associações comunitárias de geração de trabalho e renda que compõem um setor por vezes chamado “economia popular” (Razeto, 1993; Kraychete *et alii*, 2000). Esses grupos, em sua grande maioria informais, localizados nas periferias das grandes cidades, se vinculam a Igrejas (especialmente a Católica) e outras instituições de apoio. Eles são formados particularmente por mulheres e propiciam baixa rentabilidade. Grande parte dessas associações não tem registro como cooperativas pois a lei brasileira prescreve o limite mínimo de vinte cooperados em tais organizações. São em sua maioria oficinas de costura e de artesanato, padarias, lanchonetes e marcenarias comunitárias (SOUZA, 2003, p. 39).

Ainda que funcionando muitas vezes de forma precária, confundindo às vezes profissionalismo com assistencialismo, “*essas associações comunitárias de produção estão dando sinais de formação de um novo movimento social.*” (*Idem*, p. 39).

No âmbito da ação universitária, o interesse pelo trabalho solidário data de 1997, num trabalho conjunto das três universidades paulistas: Universidade Estadual Paulista - Unesp, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e Universidade de São Paulo - USP, levando à criação, em 1998, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares (Rede de ITCPs). Justamente nessa linha atua a INCOOP, da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos.

É preciso também registrar o papel do movimento sindical, ligado à CUT, cuja Central passou a aprofundar o debate a respeito de cooperativas e autogestão, em 1998, questões que são fundamentais para o entendimento e regulamentação da economia solidária.

No meio rural, a Economia Solidária está representada pelas cooperativas agrícolas e agroindustriais do MST, funcionando à semelhança das cooperativas urbanas e enfrentando os mesmos problemas que sobrecarregam esse tipo de empreendimento.

De qualquer modo, os empreendimentos solidários que perseguem o aperfeiçoamento de sua organização, criando redes solidárias para lutar contra a precariedade de algumas iniciativas, e, ainda conseguir que a legislação crie uma estrutura jurídica específica para o funcionamento desse tipo de iniciativa.

2.4 Economia Solidária e políticas públicas

Institucionalmente, em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que está implementando o *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Em junho de 2003, foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que dialogaria com a Senaes, e que motivaria um processo de organizações solidárias estaduais, culminando com um Encontro Nacional de Empreendedores de Economia Solidária, em agosto de 2004, em Brasília.

O movimento, além de defender o incentivo ao consumo, produção e crédito associados, reivindica uma nova lei geral do cooperativismo, que contemple a controvertida questão legalização das cooperativas de trabalho, um dos maiores empecilhos ao funcionamento das empresas solidárias.

Dentro desta trajetória surge um movimento que pretende levar a Economia Solidária para um caminho indesejado, que é a criação da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, através da apresentação do Projeto de Lei 865/2011, que intenciona colocar as discussões sobre a economia solidária no mesmo campo dos empreendimentos capitalistas. Conforme o §2º do artigo 24-E do referido projeto: “*A Secretaria da Micro e Pequena*

Empresa tem como estrutura básica o Gabinete, a Secretaria-Executiva, o Conselho Nacional de Economia Solidária e até três Secretarias.” (PL 865/2011).

Esta posição decorre, dentre outros interesses, da crença de que o que falta aos Empreendimentos Econômicos Solidários poderia reduzir-se ao mero acesso a financiamentos, que possibilitariam a aquisição de novas tecnologias, o que tornaria os empreendimentos mais competitivos. Esta posição estaria de acordo com o fenômeno que Winner, citado por Bazzo, convencionou chamar de “sonambulismo tecnológico”, ao referir-se a “*como a sociedade se relaciona e se comporta diante da tecnologia*” (BAZZO, 2010, p. 111). Diante das dificuldades que caracterizam os empreendimentos solidários, o legislador, ao elaborar do Projeto de Lei 865/2011, pensou que a simples edição de uma lei poderia resolver o problema; no entanto, seria necessário que a “alfabetização tecnológica”, que resgata o “sonambulismo tecnológico”, seja entendida não só como uma necessidade dos chamados excluídos, mas que também faça parte das preocupações da elite “sonambúlica”. Essa concepção de alfabetização tecnológica fica clara no texto:

El programa PISA (Programme for Internacional Student Assessment) ha incorporado precisamente la comprensión de la naturaleza de la ciencia y tecnología, en su versión de la evaluación de la competencia científica. Operacionalmente, define la alfabetización en ciencia y tecnología como “la comprensión de las características de la naturaleza de la ciencia, como una forma de conocimiento e indagación humanos, la conciencia de cómo la ciencia y la tecnología conforman nuestro ambiente material, intelectual y cultural; y la voluntad para involucrarse en asuntos relacionados con la ciencia, como un ciudadano constructivo, comprometido y reflexivo.” Esta clara definición pone de relieve que la naturaleza de la ciencia y tecnología está en el centro de las necesidades y objetivos educativos, pero también que está impregnada, además de conocimientos, de aspectos actitudinales y de valores, e incluso de disposiciones para la acción, personal y social (DOCUMENTO CAEU N° 05, 2010, p. 10).

Ainda segundo o entendimento contido no Informe, a alfabetização tecnológica, além de levar à compreensão de como a ciência e tecnologia influenciariam no ambiente natural, intelectual e cultural, seria capaz de permitir a todos o envolvimento como cidadãos construtivos, comprometidos e reflexivos. Estas características seriam necessárias para que os artefatos tecnológicos sejam entendidos aqui não somente como equipamentos constituídos de um hardware, mas também como produções intelectuais e culturais. Ainda mais, levaria ao entendimento da natureza da ciência e da tecnologia como centro dos objetivos e necessidades educacionais. Nesta direção avança o movimento da Economia Solidária:

Desde a sua criação, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) busca a articulação entre as ações de Tecnologias Sociais e a Economia Solidária. Entre as iniciativas em andamento, destaca-se o apoio às Incubadoras de Economia Solidária no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC). As incubadoras de Economia Solidária representam uma possibilidade concreta de desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários (MARINHO; SARDÁ, 2010).

No Brasil, o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) tem desempenhado o papel de alfabetização tecnológica entre seus participantes e entre os participantes de empreendimentos solidários, por meio de qualificação profissional e social, como lemos no trecho:

Outro campo de iniciativas relacionado às tecnologias sociais tem sido o da qualificação social e profissional na Economia Solidária, que visa favorecer o desenvolvimento de metodologias formativas e o acesso a conhecimentos e tecnologias na Economia Solidária, além de estarem direcionadas para o fortalecimento de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos econômicos solidários (MARINHO; SARDÁ, 2010).

O movimento da Economia Solidária, proposto como alternativa à hegemonia neoliberal, em que *“em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”* (SANTOS, 2007b, p. 25), retomando o valor da cidadania, o ser pelo ter, sobreviverá se conseguir manter um sistema de valores apoiados nos princípios de solidariedade, autogestão, cooperação e dimensão econômica. É neste contexto que processos de alfabetização tecnológica podem estimular a participação nos movimentos extra-empresariais para que a alternativa seja real, substituindo a chamada *sociedade corporativa* onde *“reina a propaganda como fazedora de símbolos, o consumismo como seu portador, a cultura de massas como caldo de cultura fabricado, a burocracia como instrumento e fonte de alienação”* (SANTOS, 2007b, p. 24).

2.5 Economia Solidária e dinâmica social: alteração nas relações econômico-sociais do território

As iniciativas solidárias trazem uma profunda alteração nas relações econômico-sociais justamente porque alteram a estrutura das empresas, transformando uma relação hierárquica de patrão/empregado para uma relação democrática de trabalhadores interagindo

num mesmo nível de atuação, criando os empreendimentos de autogestão. Esta mudança vai mais além da mera questão do trabalho, atingindo mais profundamente o indivíduo, alterando sua visão de mundo. De um ser monitorado ele passa a senhor das próprias ações.

É preciso considerar que essa “liberdade” traz ao trabalhador uma responsabilidade muito maior, bem como uma exigência de uma formação profissional mais completa. E nesse sentido atuam as organizações que, como vimos, realizam uma atividade de apoio e assessoramento em relação aos empreendimentos solidários.

Entre elas salienta-se o papel da ANTEAG, voltada para a finalidade de empoderar esses novos protagonistas de uma ordem social diversa, como fica claro no trecho a seguir:

O objetivo da ANTEAG é aglutinar essas empresas e empreendimentos de autogestão de maneira a potencializá-los como força econômica e política e promover uma nova cultura, com valores e formas de interação grupal que não sejam marcados pela política de dominação e exploração, tanto nas unidades produtivas, quanto em redes de produção e serviços. Seus esforços atuais vão ao sentido de garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos e, também, de garantir sua autonomia em relação ao governo e ao movimento sindical. A economia solidária e a autogestão devem ser apoiadas pelos sindicatos e governos, porém, devem manter seus próprios referenciais, construindo suas formas próprias de representar, articular e atuar com os trabalhadores. Isso porque a estrutura sindical representa relações de trabalho assalariado, portanto, diferentes da autogestão na qual temos uma associação de pessoas em prol do benefício comum da geração de trabalho e renda. Já os governos têm caráter transitório e, não raro, nas concessões de benefícios, fomentam uma cultura de dependência ao invés de autonomia (ADRIANO apud DAL RI, 2010, p. 121).

Do exposto acima, evidencia-se a modificação da dinâmica social com o evento dessa nova forma de gestão empresarial: não apenas os trabalhadores necessitam de uma nova formação, mas também o relacionamento desses empreendimentos com os movimentos sindicais, com os órgãos governamentais devem ser alterados. A economia solidária demanda outra estrutura e outra dinâmica de relacionamento econômico-social.

Evidentemente é uma fase de transição, e mesmo a legislação não contempla possíveis soluções ao problema, o que ocasiona transtornos de preparação formal, com novas exigências educacionais, a fim de capacitar operários para a função de gerência, como lemos no trecho abaixo:

Na maioria dos casos, a gerência não permanecia após a passagem da empresa para o sistema de autogestão. Com isso, muitas vezes, a direção da

nova empresa vinha do *chão de fábrica* e necessitava de qualificação gerencial. Isso apontou a necessidade iminente de qualificação desses trabalhadores para o gerenciamento da empresa e, dado que a opção foi de organização em autogestão, uma qualificação para o público voltada para esse tema, considerando suas peculiaridades, mostrou-se de extrema importância (ADRIANO, apud DAL RI, 2010, p. 123).

Surge, portanto, uma nova demanda de qualificação profissional, a necessidade de ampliar a visão empresarial dos trabalhadores; assim, passaram a ser ministrados, em parcerias com as Universidades, cursos de preparação de profissionais para as empresas de autogestão, os MBAs (*Master in Business Administration*). Tanto o governo de Fernando Henrique como o de Lula proporcionaram essa qualificação por meio, primeiro, da Secretaria de Formação (SEFOR); depois, através de novo Plano de qualificação Profissional (PNQs), além de Programas Especiais de Qualificação (ProEsQs), com uma nova visão, que se coaduna com o pensamento da ação solidária: objetivam a formação total do trabalhador e não mais uma formação setorializada. Desse modo, de acordo com a visão do trabalho solidário, visam à mudança das mentalidades, caracterizando o processo ideológico de protagonização.

Essa mudança ideológica fica bem explicitada nas palavras de Paul Singer, em *Uma utopia militante*:

Este relacionamento do trabalhador com a empresa capitalista é alienante num duplo sentido: ele ignora os efeitos do seu trabalho sobre a comunidade de que faz parte; e ele está excluído das discussões e negociações que precedem a tomada de decisões pela administração da empresa, decisões estas que afetam seu trabalho e, por extensão, o seu destino econômico e familiar. Em contraste, os trabalhadores de uma cooperativa de produção são eles mesmos os donos e controladores da “empresa”, compartilhando todas as informações, discussões e negociações que visam a tomada de decisões (SINGER, 1999, p. 124).

Desse modo, evidencia-se a dupla face do trabalho solidário, por um lado é uma atividade econômica que deve prover a subsistência dos trabalhadores; por outro, consiste numa atitude política e ideológica, de teor democrático, propondo uma nova visão das relações de trabalho.

CAPÍTULO 3 – AUTOGESTÃO – PROCESSO PRODUTIVO

Quando o projeto autogestionário avançar, associações, sindicatos e partidos deverão assumir uma outra identidade, uma vez que a autogestão é marcada pela capacidade autônoma de trabalhadores de gerirem sua própria empresa, tornando-se viáveis dentro deste ideário (SINGER, 2000, p. 75).

É fundamental, neste momento, compreendermos o significado de dois termos que definem e diferenciam um empreendimento solidário de outro empreendimento não solidário. Os termos são AUTOGESTÃO e HETEROGESTÃO.

O modo como o mundo está estabelecido nos leva a crer que a competição é um fato natural, que há competição na própria natureza e, portanto, o homem também é um ser competitivo. Conforme afirma Paul Singer “*o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural*” (SINGER, 2002, p. 7). Ainda segundo Singer, o senso comum quando se trata de economia, é que: “...a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante (SINGER, 2002, p. 7).

Ainda segundo SINGER,

A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as que menos vendem dão prejuízo e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar (SINGER, id, ibid).

Entretanto, o que este modelo de organização econômica produz são vencedores e perdedores, não levando em conta os custos sociais desta prática. Os vencedores deste “jogo perverso” acumulam ganhos, enquanto os perdedores acumulam desvantagens. Não há preocupação em saber o que acontece com estes derrotados, que devem, de qualquer modo, serem absorvidos pela sociedade. Ou seja, no modelo capitalista os lucros tem endereço certo, enquanto que os prejuízos são socializados.

Para que este modelo seja suplantado, seria necessário que “*tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que*

a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9), e para que isto fosse possível a sociedade teria que ser organizada *“igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”* (SINGER, id, ibid).

No âmbito das empresas, este ideal seria possível com a implantação de processos autogestionários, em detrimento do modo heterogestionário, que se caracteriza pela forma hierárquica de administração; no dizer de Singer, a heterogestão é

formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER, 2002, p. 17).

A autogestão pauta-se por princípios totalmente diversos da forma de gestão capitalista; primeiro, caracteriza-se por uma filosofia democrática, de maneira que todos os participantes possuem o mesmo nível participativo, e todas as seções da empresa, administrativa, financeira, de logística e de funcionamento, são absolutamente transparentes, com todas as informações disponibilizadas para todos.

Para esse sistema ideal de empresa solidária, deve-se buscar uma transformação cultural do trabalhador, uma mudança de mentalidade para que ele supere o condicionamento da relação patrão-empregado; ao mesmo tempo faz-se necessária uma maior capacitação do trabalhador, na tentativa de neutralizar a contraposição entre trabalho intelectual e trabalho manual. Ou seja, não somente mudar a situação de trabalho, mas também a visão dos participantes sobre o sistema de funcionamento e gestão dos empreendimentos solidários. Esta mudança de mentalidade é de suma importância e *“para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema”* (SINGER, 2002, p. 19).

A seguir, um quadro que demonstra, resumidamente, os principais aspectos da autogestão que caracteriza a empresa democrática:

- a empresa solidária se administra democraticamente;
- se pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias de cooperados;
- se grande, e a realização de assembleias for de difícil realização, as decisões serão tomadas por instâncias definidas pelo coletivo dos sócios;
- os níveis mais altos são definidos pelos níveis mais baixos;

- a autoridade maior é a assembleia dos sócios;
- para o sucesso da autogestão é preciso que todos os sócios estejam envolvidos com todos os aspectos da administração/produção;
- o maior perigo para um empreendimento autogestionário é o desinteresse dos sócios que podem, levados pelo desejo do menor esforço, deixar que as decisões passem a ser tomadas por uma parcela pequena de sócios.

Segundo SINGER a “*economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo*” (SINGER, 2000, p. 13) e, ainda segundo ele, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária como modo de produção *intersticial*, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa (Id, p. 21).

O problema, para a autogestão é, como deixar de fazer dos empreendimentos solidários apenas alternativa intersticial à geração de renda e empregabilidade, pois como podemos observar da análise dos dados contidos no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, quando os empregos aumentam em razão de uma recuperação econômica capitalista, o número de empreendimentos tendem a diminuir. Conforme pode ser observado na TABELA 2-1 que é interpretação da questão número 8 do Relatório SIES 2005/2007:

A solução poder estar em solucionar o dilema do “*exército industrial de reserva*” (MARX, 1996, p. 260), que criou um contingente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho e não desejar participar das ações democráticas necessárias à autogestão. Assim Marx explicita essa necessidade da estrutura capitalista:

uma população trabalhadora excedente é produto necessário de acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa (MARX, 1996, p. 262-3).

Desse modo, a superação das limitações psicológicas impostas ao longo do tempo pela dinâmica capitalista sobre o grande público, impõe aos empreendimentos autogestionários a necessidade de se tornarem economicamente viáveis, e de se capacitarem para competir com empresas capitalistas, tendo que levar em conta coordenadas de qualidade,

eficiência e competitividade. Para tanto, lançam mão de adaptações de modelos capitalistas, tendo em vista sua inserção na estrutura do mercado capitalista. Para atingir esse objetivo, Sandra Rufino, no artigo “O processo produtivo autogestionário: a experiência da cooperativa do Sabor”, refere-se a três momentos de adaptação pelos quais passam as cooperativas de produção: 1º momento: Rejeição; 2º momento: Compreensão; 3º momento: Inovação (SOUZA, 2003, p. 260).

Segundo lemos, esses momentos não seguem uma ordem rígida e podem mesmo ser concomitantes, sendo assim entendidos: o momento de Rejeição compreende o choque entre os novos princípios do cooperativismo e a estrutura empresarial anterior, de modo que os trabalhadores rejeitam tanto os procedimentos tradicionais quanto as inovações democráticas.

O momento da Compreensão seria a fase de aceitação, induzida pela familiaridade com as novas técnicas de gestão dos processos produtivos; esse domínio das técnicas traz a visão da importância de sua participação na reorganização do trabalho conjunto em sistema de rodízio.

A Inovação já implica numa mudança de mentalidade e capacitação, caracterizando-se como uma fase criativa, em que a responsabilidade conjunta busca o aprimoramento tanto na produção como no gerenciamento, visando a sustentabilidade financeira do empreendimento.

A Economia Solidária pressupõe um sistema econômico igualitário, de feição democrática, de modo que uma questão básica nos empreendimentos solidários é a condição de autogestão; empresas com trabalhadores-proprietários-gestores numa mesma condição, sem diferenças hierárquicas.

Entretanto, segundo lembra Egeu Esteves,

Essa igualdade política advinda do voto pessoal, única e frágil âncora legal da igualdade nas cooperativas, é constantemente ameaçada por um rol de desigualdades técnicas, econômicas, de acesso e uso de linguagem e também por outras políticas que subsistem de formas diferentes em cada uma das cooperativas (SOUZA, 2003, p. 271-2).

Assim, em relação ao político, a fala dos cooperados possui grau diferente de poder de persuasão e influência com base em diferentes fatores, como, por exemplo, a necessidade legal de se criarem conselhos tanto de administração como fiscal, o que já estabelece níveis diferentes dentro do grupo, os conselheiros e os cooperados (SOUZA, 2003, p. 274). Inevitavelmente, isso dará um peso maior à fala dos conselheiros, mesmo porque sua

responsabilidade pela gestão do empreendimento também será maior. Ideologicamente, os cargos de representação acabam por ser identificados com os de gestores, de modo que os administradores, representantes da empresa em relação ao mercado, terminem, no sentido inverso, por representar os interesses do mercado para os demais cooperados, ferindo os princípios básicos do cooperativismo. Outro dado que induz à desigualdade seriam os diferentes períodos de filiação (SOUZA, 2003, p. 276), pois os cooperados mais antigos, principalmente os sócios fundadores, julgam-se com mais direitos e com maior peso de opinião frente aos sócios mais novos.

Outra fonte de diversidade entre cooperados seriam as desigualdades técnicas (SOUZA, 2003, p. 277), ainda que originadas da organização tradicional das empresas, com os trabalhadores “de escritório” e os “de chão de fábrica”, os primeiros mais próximos da administração, os últimos envolvidos diretamente com a produção. Esta situação gera desigualdade hierárquica enraizada ideologicamente na consideração dos cooperados em relação uns aos outros e em relação consigo mesmos. O próprio funcionamento das empresas termina por exigir necessidades de coordenação de atividades, gerando situações de chefia e subordinação.

Além dessas questões práticas, decorrem delas a questão da remuneração, produzindo hierarquias econômicas. Assim, lemos no citado artigo de Esteves, “Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias”:

Ainda que a lei do cooperativismo seja clara a esse respeito, definindo que os cooperados devem receber da cooperativa proporcionalmente ao uso que fazem dela, o cumprimento de tal determinação poderia acarretar na perda de profissionais melhor qualificados para empresas privadas ou na inviabilidade da atividade econômica da cooperativa (SOUZA, 2003, p. 282).

Finalmente, Souza ainda aponta outra fonte de desigualdade: o poder de comunicação de cada um, a capacidade da organização do pensamento e do uso da linguagem, ou seja, a linguagem está no foco da observação daqueles que pretendem compreender o fenômeno da autogestão em seus termos práticos e cotidianos, como um processo de interação social humana marcada pelo constante organizar e reorganizar a ação coletiva no mercado, na fábrica, no escritório etc. e em que a fragilidade ou fortaleza do coletivo humano, que é o sujeito da autogestão, depende das possibilidades que esse mesmo coletivo possui de lidar com a negociação dos interesses de todos os envolvidos (SOUZA, 2003, p. 284-5).

CAPÍTULO 4 – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (GALEANO, apud CORTELA e RIBEIRO, 2010, p.21).

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES foi instituído no Brasil através da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego sob o número 30, editada em 30 de março de 2006. A portaria em seu artigo 1º define a finalidade do Sistema:

“art. 1º – institui o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil.” (Portaria n 30, de 20 de março de 2006).

No artigo 2º, o referido decreto estabelece, em três anexos, definições e procedimentos para que o SIES fosse imediatamente implantado. Os três anexos são:

ANEXO I – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES – Termo de referência que estabelece as definições que irão nortear o SIES tais como, a definição do SIES como sendo “um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil”.

ANEXO II – Termo de Compromisso de Instituição Usuária de Informações do SIES que tem como objeto estabelecer regras para Instituições que se utilizarão dos chamados micro dados fornecidos em CD-ROM do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.

ANEXO III – Cadastro de Instituição Usuária do SIES, trata-se de formulário para informações de dados de Instituição e dados pessoais das pessoas, membros da instituição interessada, que utilizarão dados do SIES.

Ainda em novembro de 2006, foi editado o Guia de Orientações e Procedimentos do SIES, que tinha por finalidade estabelecer orientações sobre a implementação do SIES, descrever a metodologia adotada, definir a atuação do entrevistador para o correto preenchimento do formulário da pesquisa que seria realizada, pretendendo, desse modo, que as informações obtidas em campo fossem as mais corretas possíveis.

Buscando uma visão das condições de funcionamento da Economia Solidária em nosso país, analisaremos, agora, problemas e questões expostos acima a respeito da autogestão pretendida pelos empreendimentos solidários, em alguns casos de realizações solidárias de diferentes regiões brasileiras, estabelecidas por dados disponibilizados pelo SIES.

Assim, as informações constantes nas tabelas a seguir foram obtidas diretamente do sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, no link da Economia Solidária, e, posteriormente, na opção “Sistema Nacional de informações em Economia Solidária”. Convém relatar que o link “Relatório Nacional” apresentou problemas, pois quando acionado, remetia a ele mesmo, numa espécie de *looping*. Desse modo, os dados utilizados foram obtidos a partir do link “Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais”, o que permitiu acesso a informações das regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Posteriormente, os dados foram agrupados e somados, com o intuito de configurar o cenário nacional.

O questionário do SIES – FASE II, segundo consta do documento Guia de Orientações e Procedimentos do SIES, é composto de setenta e duas questões (72), divididas em seis partes, a saber:

PARTE 1 – IDENTIFICAÇÃO, com questões de 1 a 16;

PARTE 2 – TIPIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, com questões de 17 a 30;

PARTE 3 – INVESTIMENTOS, ACESSO A CRÉDITO E APOIOS, com questões de 31 a 46;

PARTE 4 – GESTÃO DO EMPREENDIMENTO, com questões de 47 a 51

PARTE 5 – SITUAÇÃO DE TRABALHO NO EMPREENDIMENTO, com questões de 52 a 62;

PARTE 6 – DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E AMBIENTAL, com questões de 63 a 72.

Neste trabalho, o SIES, como um sistema tecnológico computadorizado para armazenamento das informações do movimento da Economia Solidária, é também tomado como uma tecnologia social, pois se insere no que se convencionou chamar de tecnologia alternativa, alternativa por não ser classificada como economicamente rentável, todavia socialmente relevante. Essa é uma questão ainda controversa, como se percebe no trecho:

tecnologias alternativas são criticadas por não serem tão rentáveis, produtivas ou viáveis quanto as tecnologias convencionais. Mesmo quando apreciadas a partir de valores de outra natureza, tais como a solidariedade no ambiente de trabalho, a sustentabilidade social e ambiental e a maior possibilidade de acesso garantida aos usuários, a viabilidade das tecnologias é questionada (DIAS e NOVAES, 2009, p. 61).

De todo modo, como já foi discutido anteriormente neste trabalho, no sentido contrário à visão economicista das tecnologias, afirma-se o conceito de adequação sócio-técnica (AST) das tecnologias, com o entendimento de que a ciência e suas tecnologias devem atender aos interesses sociais (BAZZO, 2010, p. 156). E, neste sentido, o SIES enquadra-se como artefato tecnológico que atende a interesses da sociedade, recuperando assim o papel social da tecnologia, qual seja, em deixando o laboratório, entender *in loco* a “prática concreta dos movimentos sociais”.

Buscando uma visão das condições de funcionamento da Economia Solidária em nosso país, passemos agora à apresentação e análise de algumas tabelas, com o intuito, já formulado anteriormente de configurar um quadro da situação dos projetos de Economia Solidária em nosso país.

Os dados constantes nas tabelas a seguir foram obtidos a partir de análise dos dados disponibilizados pelos Relatório SIES 2005/2007 e que servem, para este trabalho, de visualização da situação dos empreendimentos levantados pela pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Os dados do último levantamento, realizado em 2010, ainda não foram disponibilizados.

A escolha das questões 8 a 10, da Parte 1 – Identificação; de 47 a 51, constantes da Parte 4 – Gestão do Empreendimento, e questões de 63 a 72, referentes a Parte 6 – Dimensão Sociopolítica e Ambiental, excluindo as questões 71 e 72, que são específicas para questões ambientais, o que extrapola os limites deste trabalho, guiou-se pela necessidade de limitar o escopo da pesquisa.

No questionário aplicado aos empreendimentos pesquisados, as questões de 1 a 7 tratam de aspectos que dizem respeito à identificação dos empreendimentos, a saber:

- Questão 1 – nome do empreendimento
 Questão 2 – nome fantasia do empreendimento
 Questão 3 – Endereço do empreendimento
 Questão 4 – Município
 Questão 5 – Telefone
 Questão 6 – e-mail
 Questão 7 – Pessoa de contato

Das questões acima foram apurados os dados que permitiram construir a tabela 1 que apresenta a distribuição dos empreendimentos solidários no Brasil por região administrativa e por estado da federação.

TABELA 1 – Distribuição dos empreendimentos solidários existentes por região do Brasil em 2007.

Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
AC – 543	AL – 284	DF – 386	ES – 520	PR – 808
AM – 461	BA – 1611	GO – 737	MG – 1236	RS – 2085
AP – 157	CE – 1854	MS – 340	SP – 813	SC – 690
PA – 574	MA – 793	MT – 747		
RO – 293	PB – 670			
RR – 126	PE – 1526			
TO – 502	PI – 1472			
	RN – 817			
	SE – 471			
2.656 12,15%	9.498 43,45%	2.210 10,11%	3.912 17,90%	3.583 16,39%
TOTAL DO BRASIL = 21.859				

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

QUESTÃO 8 – QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POR ANO DE INÍCIO COMO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

Segundo Vieitez e Dal Ri, o capitalismo tem uma tendência estrutural que permite o surgimento das organizações de trabalho associados pelas varias crises que origina, sejam elas sociais, econômicas ou políticas. Em especial na América Latina, a ocorrência do capitalismo neoliberal se deu nos anos entre 1981 a 2000, o que levou ao crescimento no numero de empreendimento, e conforme atestam Vieitez e Dal Ri, “Na América Latina, o capitalismo neoliberal corresponde a um período histórico até certo ponto propício a

emergência de OTA's, observando-se inclusive que, em alguns casos, elas chegam a assumir uma importância revolucionária e pro-socialista” (VIEITEZ e DAL RI, 2009, p.18).

TABELA 2 - Total de empreendimentos por ano de início como empreendimento solidário, (SIES, 2007)

REGIÕES / ANOS	1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010	TOTAL
Norte	1	14	26	222	1184	1107	2554
Nordeste	32	50	120	907	4158	4129	9396
Centro Oeste	1	3	36	186	830	1123	2179
Sudeste	13	31	39	293	1073	2434	3883
Sul	18	41	43	295	1309	1860	3556
Brasil	65	139	264	1903	8554	10653	-

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

TABELA 2-1 – Variação do crescimento dos empreendimentos considerando o ano de início como empreendimento solidário

REGIÕES / ANOS	1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2010
Norte	0	14	1,86	8,54	5,33	-0,94
Nordeste	0	1,56	2,4	7,56	4,58	-0,99
Centro Oeste	0	3	12	5,17	4,46	1,35
Sudeste	0	2,38	1,26	7,51	3,66	2,27
Sul	0	2,28	1,05	6,86	4,44	1,42
BRASIL	0	2,14	1,9	7,21	4,49	1,24

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

O quadro demonstra a variação do crescimento dos empreendimentos solidários comparado com o período anterior (número de empreendimentos do período subsequente dividido pelo número de empreendimentos do período anterior)

O que se pode deduzir da análise da tabela acima é que:

Na região Centro-Oeste, o maior crescimento deu-se na década de 1971 a 1980, entrando depois em um fase de estabilidade com um crescimento na ordem de 5 vezes em

relação a períodos anteriores, com uma queda acentuada na década de 2000 a 2010, com somente um crescimento de 1,35 vezes em comparação com o período anterior.

Na região Nordeste, o maior crescimento aconteceu na década de 1981 a 1990, com uma taxa de crescimento de 7,56 vezes no número de empreendimentos solidários quando comparados com o número de empreendimentos solidários existentes na década anterior. Importante notar que na década de 2001 a 2010, houve um decréscimo de 0,99 vezes, comparando os números de empreendimentos solidários existentes na década anterior.

Na região Norte, o maior crescimento deu-se na década de 1981 a 1990, com uma taxa de 8,54 vezes mais empreendimentos solidários que os existentes na década anterior, ou seja, 1971 a 1980. De igual modo ao que aconteceu com a região Nordeste, houve um decréscimo de 0,94 vezes no número de empreendimentos solidários existentes na década anterior (1990 a 2000).

Na região Sul, o maior crescimento ocorreu na década de 1981 a 1990, com um aumento de 6,86 vezes no número de empreendimentos solidários comparados com a década anterior (1970 a 1980).

Na região Sudeste, o maior salto também foi na década de 1981 a 1990, com o surgimento de 7,51 vezes mais empreendimentos solidários com relação aos existentes na década anterior.

No Brasil, somando-se os empreendimentos solidários por região e comparando o crescimento por período, a década de maior crescimento de empreendimentos solidários foi a década de 1981 a 1990, com uma taxa de crescimento de 7,21 vezes, comparando-se com a década anterior (1971 a 1980), conforme pode ser observado na TABELA 2-1.

É de se notar uma diminuição no crescimento dos empreendimentos solidários a partir do ano de 2001. Assim, fica evidente que o movimento pendular do capitalismo, que leva de um lado a crises cíclicas, cria também períodos de crescimento e muitos trabalhadores que “não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para participar” (SINGER, 2002, p. 21) de um empreendimento solidário, voltam ao trabalho heterogestionário e a realimentar o exército industrial de reserva, conforme falava Marx no Século XIX (SOUZA, 2003, p.28).

QUESTÃO 9 – FORMA DE ORGANIZAÇÃO

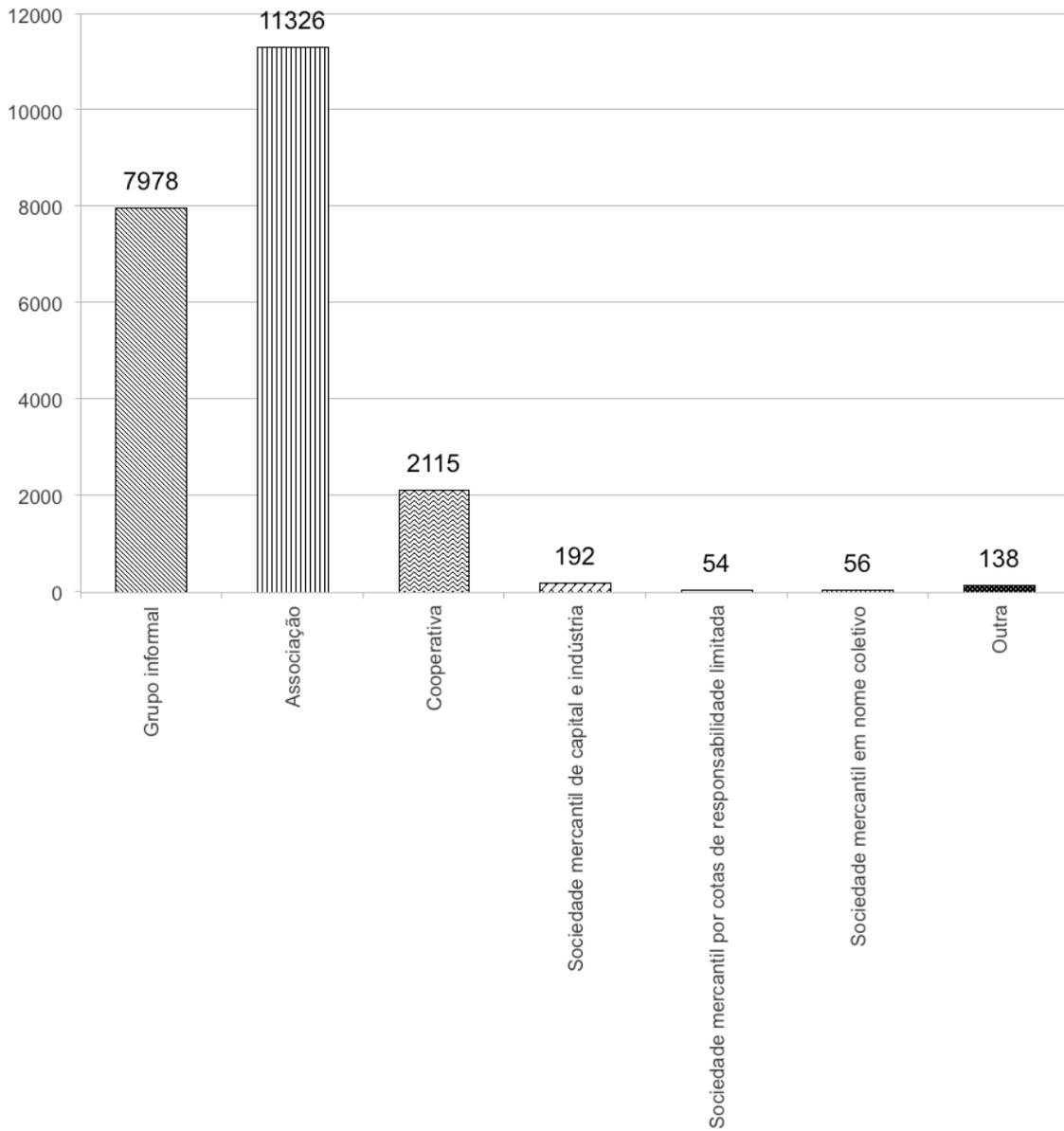
A tabela a seguir apresenta as formas como os empreendimentos econômicos solidários se organizam, demonstrando as alternativas ao modo de produção e de formação social característicos do modo capitalista de organizar a economia e a sociedade. Os empreendimentos aí analisados organizam-se para além do grupo familiar, contrariamente ao modo como se organizam os empreendimentos capitalistas de porte semelhante, em que a produção “é realizada por produtores independentes, que possuem os próprios meios de produção. Normalmente os proprietários não empregam trabalhadores assalariados, mas membros da família” (SINGER, 1999, p.138).

TABELA 3 - Formas de organização dos empreendimentos solidários

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Grupo informal	681	2640	743	2265	1649	7978 - 36,50%
Associação	1616	6153	1255	1144	1158	11326 - 51,81%
Cooperativa	253	586	178	429	669	2115 - 9,66%
Sociedade mercantil de capital e indústria	38	52	22	33	47	192 - 0,88%
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	6	11	2	8	27	54 - 0,25%
Sociedade mercantil em nome coletivo	24	7	3	10	12	56 - 0,26%
Outra	38	49	7	23	21	138 - 0,63
Total						21857,3764

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela evidencia que a forma de organização mais comum entre os empreendimentos econômicos solidários é a “associação”, com 51,81% dos empreendimentos, seguida de “grupos informais”, com 36,50% dos empreendimentos.

GRÁFICO 1 – Formas de organização dos empreendimentos

O gráfico 1 também demonstra, de modo visual, que a “associação” é a forma mais adotada de organização dos empreendimentos solidários no Brasil.

QUESTÃO 10 – QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS COM CNPJ**TABELA 4 – Quantidade de empreendimentos com CNPJ por região**

Região	Empreendimentos	Percentual
N	1416	53,00
NE	5445	57,00
CO	1114	50,00
SE	1464	37,00
S	1457	41,00

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

TABELA 4-1 – Empreendimentos com CNPJ – Cenário brasileiro

	Total de empreendimento no Brasil	Empreendimentos com CNPJ	Percentual
Brasil	21859	10896	49,85

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

O número de empreendimentos com CNPJ, menos da metade do total de projetos, é consequência das dificuldades legais para estabelecer tais empreendimentos, já que a legislação atual, a lei 5764/71, não favorece o surgimento de iniciativas populares, exigindo que empreendimentos cooperativos tenham no mínimo 20 membros. Por outro lado, a existência de maior número de empreendimentos com CNPJ nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em comparação com as regiões Sul e Sudeste, pode indicar a maior importância que têm os projetos solidários como fonte de subsistência nas regiões mais pobres em relação às regiões mais ricas, nas quais esses empreendimentos apresentam-se apenas como alternativas circunstanciais à estrutura econômica dominante.

Analisemos agora os dados da pesquisa SIES 2005/2007, na parte 4, que compreende aspectos da Gestão dos empreendimentos. Esta parte 4 compreende as questões que vão de 47 a 51.

PARTE 4 – GESTÃO DO EMPREENDIMENTO - QUESTÕES DE 47 A 51

Lembrando a afirmativa de Singer de que “*a empresa solidária se administra democraticamente*”, ou seja, pratica a autogestão, iremos, a partir deste ponto, verificar, nas

respostas obtidas pelo levantamento do SIES 2005/2007, a ocorrência desta prática autogestionária.

QUESTÃO 47 – QUAIS AS INSTÂNCIAS DE DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A tabela a seguir diz respeito às instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos, é uma representação por região e a análise é feita a partir dos dados referentes ao Brasil.

TABELA 5 – Instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos solidários

DESCRIÇÃO	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Assembleia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios	2.029	7.712	1.589	2.637	2.746	16.713 - 31,06%
Diretoria, Conselho diretor ou coordenação	1.565	6.409	1.240	2.008	2.076	13.298 - 24,72%
Conselho Fiscal	1.316	5.512	1.100	1.404	1.512	10.844 - 20,15%
Grupos de trabalho, Comissões ou Núcleos	505	2.406	630	1.593	942	6.076 - 11,29%
Conselho Administrativo	440	1.516	464	677	892	3.989 - 7,41%
Outra. Qual?	118	281	97	212	253	961 - 1,79%
Conselho Consultivo	146	470	171	227	228	1.242 - 2,31%
Comissão ou Conselho de Ética	48	239	61	117	214	679 - 1,26%
Totais						53.802

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Os empreendimentos pesquisados apontam as “assembleias de sócios (as) ou reunião do coletivo de sócios”, com 31,06%; as “diretoria, conselho diretor ou coordenação”, com 24,72%; “conselhos fiscais”, com 20,15%; como instâncias de direção e coordenação. Estas opções perfazem um total de 75,93% das instâncias de coordenação dos empreendimentos.

Os números levam à reflexão de que está em curso uma nova maneira de fazer a produção, diferente do modo capitalista, que é, geralmente, um modo individual de produzir riqueza de poucos com o trabalho de muitos. Os dados da pesquisa indicam que está em andamento um modo inovador de produção e aprendizado:

produzir um modelo autogestionário de uma empresa, de aprender a operar em rede, de mudar a cultura técnica predominante, de articular a produção de uma nova legislação, de apontar para a necessidade de produção de novos conhecimentos e metodologias (SINGER, 2000, p. 78).

A pesquisa identifica algumas tendências de instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos; todavia, também identifica que muitos empreendimentos se organizam de forma mais plural, valendo-se de várias instâncias de decisão, traduzindo a forma democrática como os empreendimentos se estruturam, conforme vemos na tabela a seguir:

TABELA 5-1 – Instâncias de direção e coordenação – pluralidade da organização dos empreendimentos solidários

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS						
QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
1	953	2.366	746	1.584	1.233	6.882 - 31,63%
2	395	1.759	457	737	690	4.038 - 18,55%
3	952	3.386	598	875	814	6.625 - 30,44%
4	244	1.475	201	446	485	2.851 - 13,10%
5	68	386	162	197	240	1.053 - 4,84%
6	29	76	25	53	88	217 - 1,00%
7	10	31	18	15	20	94 - 0,43%
8	1	-	1	-	-	2 - 0,01%
Total						21.761

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela sinaliza que, do universo dos empreendimentos pesquisados, apenas 31,53% utiliza-se de um único instrumento como instância de direção e coordenação; a maioria procura diversificar as instâncias de gestão do empreendimento, o que sinaliza uma boa prática autogestionária nos empreendimentos pesquisados.

QUESTÃO 48 – QUAIS AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE SÓCIOS(AS) NAS DECISÕES

TABELA 6 – Formas de participação dos sócios

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	1.365	6.325	1.446	3.058	2.361	14.555 - 19,04%
Prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembleia geral / reunião do coletivo de sócios(as)	1.566	5.912	1.268	2.336	2.029	13.111 - 17,15%
Acesso aos registros e informações do empreendimento	1.456	5.970	1.092	2.363	1.966	12.847 - 16,81%
Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	1.273	4.548	1.061	1.987	1.660	10.529 - 13,77%
Eleição da diretoria em assembleia geral / reunião do coletivo de sócios(as)	1.641	6.338	1.279	1.859	1.934	13.051 - 17,07%
Plano de trabalho definido em assembleia geral / reunião do coletivo de sócios(as)	987	3.744	925	1.847	1.526	9.029 - 11,81%
Contratações e remunerações definidas em assembleia geral / reunião do coletivo de sócios	298	893	402	646	642	2.881 - 3,77%
Não existe	48	131	65	81	115	440 - 0,58%
Total						76.442

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Importante notar nesta tabela a ocorrência de “contratações”, o que estaria indicando algum tipo de contratação de trabalhadores fora do contexto cooperativo; este fato, segundo a observação de VIEITEZ e DAL RI, implicaria num desvio da proposta de autogestão, pois manter os novos trabalhadores como empregados dos sócios mais antigos levaria à destruição do caráter solidário do empreendimento :

Quanto à utilização de trabalho assalariado pelas OETs, verifica-se que uma parte significativa dessas organizações, notadamente no setor comercial e de serviços, emprega trabalho assalariado e não de forma meramente supletiva. Essa prática introduz nas organizações um fator capitalista que se encontra em oposição aos princípios básicos das OETs. Este fator apresenta um potencial degenerativo que, somado a outras incongruências, pode levar à reconversão da organização em empresa convencional (DAL RI e VIEITEZ, 2009, p. 214).

A este respeito, Singer (2002) também entende que novos trabalhadores incorporados ao empreendimentos na condição de assalariados causariam danos ao seu “caráter solidário”.

Os valores consolidados indicam que a participação dos associados é rica e diversificada, ficando evidente haver participação dos sócios nas decisões e transparência na gestão.

A tabela 6-1 permite analisar a multiplicidade de instrumentos de participação dos sócios nos processos decisórios do coletivo. No quesito “quantidade de questões marcadas” fica indicado se o empreendimento utiliza apenas um instrumento ou se mais de um instrumento de participação dos associados.

TABELA 6-1 – Forma de participação dos sócios – Pluralidade das formas de participação (quantidade de empreendimentos)

QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
1	658	1.496	558	929	952	4.593 – 21,09%
2	329	1.395	334	408	440	2.906 – 13,34%
3	452	1.797	343	486	536	3.614 – 16,60%
4	538	1.698	243	587	494	3.560 – 16,35%
5	351	1.494	240	655	382	3.122 – 14,33%
6	213	1.071	312	536	413	2.545 – 11,69%
7	111	496	177	305	347	1.436 – 6,59%
8	-	3	-	-	-	3 – 0,01%
Total						21.779

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Evidencia-se na tabela que, embora 21,09% dos empreendimentos utilizem apenas uma forma de gestão, a maioria procura diversificar a forma de gerir os empreendimentos,

adotando duas ou mais formas de permitir a participação dos sócios, apontando na direção de evitar o desvio referido nas considerações de Dal Ri e Vieitez (2009), que alertam para o risco de conversão do empreendimento solidário em um empreendimento convencional.

QUESTÃO 49 – QUAL A PERIODICIDADE DA ASSEMBLEIA GERAL / REUNIÃO DO COLETIVO DE SÓCIOS(AS) DO EMPREENDIMENTO

A questão 49 pretende apontar a periodicidade com que o coletivo dos associados reúne-se para o exercício democrático da autogestão. As reuniões frequentes mantêm a mobilização dos empreendimentos, pois permitem aos seus membros, pela participação nas decisões do coletivo, apropriarem-se das realizações conquistadas; além do que, segundo adverte Singer, o desinteresse dos sócios é o maior risco que ameaça os empreendimentos autogestionários, já que este desinteresse faz com que os participantes do empreendimento deixem para o conselho de administração a tarefa de decidir o cotidiano da atividade.

TABELA 7 – Periodicidade da assembleia geral

PERIODICIDADE	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Mensal	1.220	5.936	809	1.471	1.099	10.535 – 48,39%
Semanal ou quinzenal	197	969	317	1.125	488	3.096 – 14,22%
Bimestral ou trimestral	321	1.092	205	413	410	2.441 – 11,21%
Outra	302	524	181	390	320	1.717 – 7,89%
Anual ou mais de um ano	371	422	523	263	849	2.428 – 11,15%
Semestral	196	356	110	146	264	1.072 – 4,92%
Não realiza	45	150	58	98	133	484 – 2,22%
TOTAL	2.652	9.449	2.203	3.906	3.563	21.773

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela demonstra o predomínio das reuniões mensais, já que 48,39% dos empreendimentos realizam reuniões nesta periodicidade, enquanto 14,22% realizam reuniões semanais ou quinzenais. Estes dois dados demonstram a ideia de aproximação do coletivo nas decisões cotidianas do empreendimento. Outros 8142, representando 37,4% do total dos empreendimentos pesquisados, realizam reuniões bimestrais, trimestrais, semestrais, anuais, ou com outra frequência, e alguns nem mesmo realizam assembleias. De qualquer forma, é

um resultado animador, considerando que 62,6% dos empreendimentos realizam reuniões com frequência semanal, quinzenal ou mensal. Importante observar, e penso que deverá ser objeto de novos estudos, a ocorrência de reuniões mensais em 56,34% dos empreendimentos da Região Nordeste, bastante acima da mesma frequência nas demais regiões.

QUESTÃO 50 – No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar doações de recursos, caso existam, permitiram:

TABELA 8 – Resultado da atividade econômica

DESCRIÇÃO	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	917	3.359	843	1.313	951	7.383 – 33,96%
Pagar as despesas e ter uma sobra	1.040	3.345	688	1.607	1.644	8.324 – 38,28%
Não deu para pagar as despesas	340	1.621	430	526	342	3.259 – 14,99%
Não se aplica	352	1.120	235	452	617	2.776 – 12,77%
TOTAL	2.649	9.445	2.196	3.898	3.554	21.742

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela 8, que corresponde à síntese das respostas dadas à questão 50 da pesquisa do SIES, demonstra as dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos frente a um mercado hostil. Para a opção “Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra”, 33,96% dos empreendimentos responderam afirmativamente e para a opção “Pagar as despesas e ter uma sobra”, a resposta foi de 38,28%, o que desenha um cenário otimista para o movimento, pois 72,23% dos empreendimentos passam por uma situação de relativo equilíbrio.

QUESTÃO 51 – Se houve sobra qual o destino

Uma outra instância importante de discussão num empreendimento solidário, pautado pela autogestão, é o destino das sobras, sempre discutido no âmbito da assembleia de sócios. Diferentemente das empresas capitalistas, em que a destinação dos resultados financeiros fica a cargo de um pequeno grupo, nas empresas solidárias, “prevalecem o poder e o interesse dos sócios, cuja maioria em geral ganha menos por constituir a base da pirâmide de retiradas. O interesse dos sócios é manter e reforçar a solidariedade entre eles” (SINGER, 2002, p. 16).

TABELA 9 – Destino das sobras econômicas

DESTINO DAS SOBRAS	N	NE	CO	SE	S	BRASIL
Distribuição entre os sócios	234	1.222	349	834	702	3.341 - 30,03%
Fundo de reserva	398	1.359	223	582	719	3.281 - 29,49%
Fundo de investimento	454	1.419	253	447	673	3.246 - 29,17%
Integralização de capital	32	52	40	166	177	467 - 4,20%
Fundo de solidariedade	36	130	32	50	44	292 - 2,62%
Fundo de assistência técnica e educacional	29	61	16	41	83	230 - 2,07%
Outro. qual?	87	80	15	41	46	269 - 2,42%
Total						11.126

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

As opções marcadas para o destino das sobras econômicas apontam para a manutenção do empreendimento, considerando que 30,03% das sobras são distribuídas entre os sócios, 29,49% destinam-se ao fundo de reserva e 29,17% para o fundo de investimento.

As questões até agora analisadas tratam dos aspectos de gestão dos empreendimentos; a partir deste ponto, a análise focará os aspectos sociopolíticos do questionário. Os dados levantados pela pesquisa SIES 2005/2007, constantes da parte 6, tiveram por objetivo levantar aspectos da dimensão sociopolítica e ambiental. Com a finalidade de limitar o objeto da presente pesquisa, as questões 71 e 72, que levantam dados relativos a preocupações ambientais dos empreendimentos, foram retiradas.

PARTE 6 – Dimensão Sociopolítica e Ambiental

As questões de 63 a 72 do questionário do SIES 2005/2007 têm como finalidade levantar a extensão da participação dos empreendimentos nos movimentos coletivos que circundam ou se referem ao Movimento da Economia Solidária, já que esta foi concebida como uma alternativa superior que proporciona aos que dela participam uma vida melhor, segundo ensina Singer (2002).

Todavia é necessário que seus participantes, pioneiramente, aprendam a experimentar um novo modo de estruturar a sociedade, uma sociedade mais solidária e

consequentemente mais democrática. Nesta direção, vamos com os ensinamentos do Professor Paul Singer:

para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender a experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana, etc (SINGER, 2002, p.112).

Neste sentido apontam as questões que de agora em diante serão analisadas.

QUESTÃO 63 - O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação

A questão tem sentido considerando que a participação política distingue o que Dal Ri e Vieitez denominam OTA's, ou Organizações de Trabalho Associado, que, diferentemente das organizações capitalistas, participam de diversos movimentos sociais.

TABELA 10 – Participação dos empreendimentos solidários em redes ou fóruns de articulação

RESPOSTAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Não	1652	5175	1364	1953	1723	11867 - 54,29%
Sim	1004	4323	846	1959	1860	9992 - 45,71%
Total	2656	9498	2210	3912	3583	21859

FONTES: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

O quadro demonstra que 54,29% dos empreendimentos não participam de articulações locais; no entanto, o número dos que participam, 45,71%, já é quase a metade do total. Os dados levantados apontam para a necessidade de mais articulações, que revelem a tendência de que os empreendimentos se dispõem ao aprendizado e à experimentação do fazer democrático.

QUESTÃO 64 - Se a resposta for Sim (questão 63), especifique de que tipo de rede ou fórum de articulação o empreendimento participa.

TABELA 11 – O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação - Detalhamento das respostas afirmativas da questão 63 referente a participação em rede ou fórum de articulação

TIPOS DE ARTICULAÇÃO	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Fórum ou Rede de Economia Solidária	249	785	297	874	790	2995 - 23,45%
Federações de cooperativas. Qual?	91	561	127	125	210	1114 - 8,72%
Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. Quais?	120	534	108	270	119	1151 - 9,01%
Redes de produção/comercialização Qual?	132	517	104	354	441	1548 - 12,12%
Movimentos social ou sindical. Qual?	239	1030	100	202	172	1743 - 13,65%
Outro. Qual?	120	425	99	195	139	978 - 7,66%
Complexos cooperativos. Qual?	56	217	81	60	205	619 - 4,85%
Centrais de comercialização. Qual?	35	159	62	76	196	528 - 4,13%
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	110	1014	55	171	99	1449 - 11,34%
Outras articulações ou redes. Qual?	68	288	40	148	103	647 - 5,07%
Total	1220	5530	1073	2475	2474	12772

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Dentre os que participam de articulações, a maioria, 23,45%, participa de Fórum ou Rede de Economia Solidária, 13,65% participa de Movimentos Sociais ou Sindicais, 12,12% participa de Redes de Produção/Comercialização e 11,34% participa de Conselhos de gestão e Fóruns de participação política. Sob o ponto de vista da geração de resultados financeiros, a participação em Redes de Produção/Comercialização aparenta ser a melhor alternativa de articulação dos empreendimentos; no entanto, pelo caráter de construção do

movimento da Economia Solidária, a participação dos empreendimentos em atividades que promovam transformação social denota a importância de tais iniciativas na construção de novas dinâmicas sociais.

Os dados apontam que esta participação é um caminho importante a seguir, como vemos no trecho, que diz que o:

estabelecimento dessas alianças e relações simbióticas entre o trabalhador coletivo e a comunidade é uma das determinantes que tendem a impulsioná-lo ao desenvolvimento de uma solidariedade de classe e, conseqüentemente, à sua politização e participação nos movimentos sociais (DAL RI e VIEITEZ, 2009, p.45-6).

TABELA 11-1 – Quantidade de empreendimentos que participam de um ou mais fóruns de articulação (Regiões do Brasil)

QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
1	848	3351	663	1536	1375	7774 - 77,85%
2	128	770	147	349	352	1748 - 17,50%
3	28	172	29	60	93	385 - 3,85%
4	8	20	2	10	21	65 - 0,65%
5	-	6	3	3	5	8 - 0,80%
6	-	1	1	1	1	2 - 0,02%
7	-	1	-	-	-	1 - 0,01%
8						3 - 0,03%

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela acima apresenta a diversidade de participação dos empreendimentos. A maioria participa de apenas uma articulação; todavia, é significativo o número de empreendimentos que participam de várias articulações, representando propósitos solidários, com sua visão de uma sociedade organizada em redes de comunicação e integração.

Esta multiplicidade de participação dos empreendimentos em diversas frentes está relacionada ao que Dal Ri e Vieitez chamam de “*ideologias distintas [que] interagem com as OTAs*”, característica dos membros dos empreendimentos que “*podem apresentar uma militância no espaço do trabalho associado*” (DAL RI e VIEITEZ, 2009, p.55).

QUESTÃO 65 - O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares

TABELA 12 – O empreendimento tem, ou não tem, alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares – Respostas afirmativas e negativas

RESPOSTAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
SIM	1594	6110	1158	1802	1949	12613 - 57,70%
NAO	1062	3388	1052	2110	1634	9246 - 42,30%
TOTAL	2656	9498	2210	3912	3583	21860

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Esta tabela apresenta os empreendimentos que têm relação ou participam de movimentos sociais e populares. A maioria, 57,70% das respostas, indica que há uma forte participação dos empreendimentos em algum tipo de movimento, o que é uma consequência natural e lógica do espírito solidário.

QUESTÃO 66 - Se a resposta for sim, que tipo de movimento

TABELA 13 – Detalhamento das respostas afirmativas da questão 65 sobre a participação dos empreendimentos em movimentos sociais e populares.

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Movimento comunitário	631	2937	561	1019	926	6074 - 23,75%
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	556	2488	456	422	724	4646 - 18,17%
Movimento sindical urbano ou rural	784	3357	409	355	775	5680 - 22,21%
Movimento ambientalista	448	1065	271	541	487	2812 - 11,00%
Movimento de luta por moradia	141	805	205	202	314	1667 - 6,52%
Movimento pela igualdade racial	127	394	120	194	162	997 - 3,90%
Religioso ou pastoral	152	642	115	263	178	1350 - 5,28%
Outro movimento. Qual?	133	278	94	225	224	954 - 3,73%
Mulheres / gênero	150	298	81	262	179	970 - 3,80%
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	51	125	36	57	152	421 - 1,65%
Totais	3173	12389	2348	3540	4121	25572

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A questão 66 busca saber em que tipo de movimentos sociais os empreendimentos estão conectados e os dados apontam que 23,75% dos empreendimentos participam de “movimentos comunitários”, 22,21% participam de “movimentos sindicais urbanos ou rurais”, 18,71% participam de “movimentos de luta pela terra e agricultura familiar” e 11,00% participam de “movimentos ambientalistas”, todos eles movimentos que buscam transformação social, evidenciando a consciência da cidadania na preocupação com os interesses da comunidade, bem como com a preservação de meio ambiente. Na realidade, esses dados confirmam questões já discutidas sobre Economia Solidária, delineando-a como uma proposta não apenas de desenvolvimento material, mas, sobretudo, de um desenvolvimento total do indivíduo como um ser integrado ao seu espaço.

Levando em conta que dos empreendimentos que responderam a questão 65, “O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares”, 57,70% responderam afirmativamente, percebe-se que está em curso um processo de aprendizagem política muito ligado à característica do local onde se instala. Se há movimentos sociais já organizados nos locais onde se encontram os empreendimentos, estes inevitavelmente participam; no entanto, se não ocorre um entorno mobilizado, não é comum a participação dos empreendimentos, o que demonstra que a “*a conjuntura sócio-econômica*” (DAL RI e VIEITEZ, 2009) torna-se a determinante desta participação.

TABELA 13-1 – Detalhamento da diversidade de participação em movimentos sociais.

QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
1	836	2826	574	913	935	6085 - 48,17%
2	340	1617	284	468	438	3149 - 24,93%
3	228	900	141	209	256	1737 - 13,75%
4	93	426	72	94	146	835 - 6,61%
5	40	171	34	51	76	377 - 3,00%
6	35	103	34	31	42	251 - 2,00%
7	18	48	16	27	32	148 - 1,17%
8	7	10	-	5	7	29 - 0,23%
9	1	4	1	2	4	21 - 0,17%
10	-	-	-	-	1	1 - 0,01%
Total						12634

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Quando solicitados a indicar se participam de mais de um movimento, fica claro que 48,17% apontam apenas uma alternativa, ou seja, um movimento apenas; o restante, mais de 50%, participa de vários movimentos.

QUESTÃO 67 - O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária.

TABELA 14 – O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária – respostas afirmativas e negativas

RESPOSTAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Sim	1521	5478	1248	2160	2016	12423 - 56,83%
Não	1135	4020	962	1752	1567	9436 - 43,17%
Total	2656	9498	2210	3912	3583	21860

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Nesta questão, o protagonismo dos empreendimentos fica evidenciado, pois 56,83% dos empreendimentos ou desenvolvem ou participam de algum tipo de ação social, o que vem corroborar as afirmativas anteriores sobre o desenvolvimento solidário.

QUESTÃO 68 - Se a resposta for Sim, em que área

TABELA 15 – Referente às respostas afirmativas da questão 67 - O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária.

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Educação	875	2850	653	1120	910	6408 - 21,35%
Trabalho	583	2421	565	986	833	5388 - 17,95%
Saúde	689	2471	504	851	813	5328 - 17,75%
Meio ambiente	746	1875	444	930	829	4824 - 16,07%
Moradia	257	1306	306	311	382	2562 - 8,54%
Redução da violência	279	698	227	456	216	1876 - 6,25%
Alimentação, doações, instituições, assistência social	150	512	181	417	345	1605 - 5,35%
Lazer/esporte/cultura /religião	229	566	161	350	201	1507 - 5,02%
Outra. Qual?	67	196	55	95	102	515 - 1,72%
						30014

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

As ações sociais de que os empreendimentos participam ou desenvolvem, são prioritariamente em Educação, com 21,35%, e Trabalho e Saúde, com respectivamente 17,75% e 17,95% das questões marcadas. Ações voltadas a preocupações com o Meio Ambiente aparecem com 16,07% das respostas. Mais uma vez ficam claros os propósitos abrangentes do movimento solidário: os objetivos dos empreendimentos não se circunscrevem ao sucesso econômico, mas contemplam o desenvolvimento das áreas que contribuem para a melhoria da vida do cidadão, como Educação, Saúde, Meio Ambiente.

TABELA 15-1 – Referente a questão 68 indicando a diversidade de participação em ações sociais.

QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
1	476	1938	479	793	777	4464 - 35,88%
2	375	1535	264	501	507	3184 - 25,60%
3	364	984	215	342	371	2279 - 18,32%
4	145	485	114	187	173	1108 - 8,91%
5	63	274	64	146	75	627 - 5,04%
6	70	210	94	118	62	560 - 4,50%
7	14	27	8	51	17	124 - 1,00%
8	18	22	6	19	20	93 - 0,75%
9	-	-	-	-	1	1 - 0,01%
						12441

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A tabela demonstra que as preocupações dos empreendimentos estão bastante diversificadas, pois, se 35,88% das questões indicam a participação em apenas uma ação, o restante, 64,12%, participa de mais de uma ação.

QUESTÃO 69 - O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços

TABELA 16 – O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores (as) de seus produtos ou serviços

RESPOSTAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Sim	1734	6544	1534	2924	2585	15321 - 79,10%
Não	922	2954	676	988	998	6538 - 29,91%
Total	2656	9498	2210	3912	3583	21860

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

A qualidade de vida é a preocupação da maioria dos empreendimentos pesquisados, visto que 79,10% dos empreendimentos responderam afirmativamente à questão 69, confirmando que os empreendimentos solidários pautam-se por uma prática voltada ao consumo responsável, baseado na qualidade.

QUESTÃO 70 - Se a resposta for Sim, em que área

TABELA 17 – Referente à questão 69 - O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços – Detalhamento das respostas afirmativas.

TIPOS DE INICIATIVAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
Preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos(as) consumidores(as)	970	2958	900	1553	1522	7903 - 26,02%
Informações dos produtos e/ou serviços aos(as) consumidores(as)	689	2120	785	1278	1263	6135 - 20,20%
Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos	853	2892	581	1196	1060	6582 - 21,67%
Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo	560	1926	552	951	1226	5215 - 17,17%
Qualificação e qualidade do produto e/ou serviço	442	1455	287	758	575	3517 - 11,58%
Outra. Qual?	100	437	68	204	209	1018 - 3,35%
Total						30370

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

Detalhando as respostas dadas à questão 69, observamos que as iniciativas voltadas à qualidade de vida concentram-se em fornecer produtos com preços que facilitem o acesso aos consumidores, 26,02%; fornecer informações dos produtos ou serviços aos consumidores, favorecendo o consumo consciente, 20,20%, e a oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, 21,67%. Importante destacar os índices para incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo, com 17,17% das respostas.

TABELA 17-1 – Quantidade de questões marcadas da questão 70 que indicam mais de uma iniciativa voltada à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos ou serviços.

QUANTIDADE DE QUESTÕES MARCADAS	N	NE	CO	SE	S	Brasil
1	811	3129	555	1122	830	6448 - 41,72%
2	590	2060	502	930	730	4814 - 31,15%
3	326	904	307	564	574	2678 - 17,33%
4	121	399	142	234	357	1257 - 8,13%
5	30	45	25	66	83	254 - 1,64%
6	2	1	-	-	-	3 - 0,02%
Total						15454

FONTE: SIES 2005/2007, tabela elaborada pelo autor.

As questões 69 e 70 tratam das questões de finalidade do empreendimento quanto à responsabilidade que deveria ter um empreendimento econômico em relação à sociedade. Neste quesito, fica demonstrada a diferença de atuação dos empreendimentos solidários quanto aos aspectos tecnocientíficos. Em um momento em que *“a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral”* (SANTOS, 2011, p.65), a atuação dos empreendimentos solidários, com preocupações em fornecer produtos que atendam às necessidades dos consumidores dentro de princípios éticos, segue um direção oposta.

Concluindo essa análise dos dados, fica evidente que o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, SIES, permite que seja possível uma visão abrangente dos empreendimentos, suas preocupações, seu modo de operar e os pontos de vista que têm sobre participação social. O que fica evidente em todas as questões é a forte atuação dos empreendimentos na Região Nordeste, o que certamente deverá ser objeto de novos estudos. Essa tendência parece indicar que a Economia Solidária desenvolve-se destacadamente nas áreas mais desfavorecidas economicamente, mais necessitadas de outras alternativas de

estruturação econômica, como o papel de destaque dos projetos solidários em muitas regiões da América Latina sob a influência das políticas neoliberalizantes que, “Corresponde a um período histórico até certo ponto propício à emergência de OTAs, observando-se inclusive que, em alguns casos, elas chegam a assumir uma imposição revolucionária e pró-socialista” (VIETEZ e DAL RI, 2009, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O caminho do inferno”, alertava o cruzado militante são Bernardo no século XII, “está repleto de boas intenções”. O problema é que o imobilismo e a resignação também chegam lá. Se agir é muitas vezes perigoso, deixar de agir pode ser fatal (GIANNETTI, 2009, p.199).

A Economia Solidária surgiu nos últimos anos, no Brasil, como alternativa à chamada hegemonia neoliberal que, por sua vez, estabeleceu-se como resposta da classe capitalista ao impasse da estagflação que sucedeu aos anos dourados do pleno emprego, após a Segunda Guerra Mundial. Neste período, os trabalhadores, em todo o mundo, organizaram-se e obtiveram grande poder de pressão, cujo objetivo era conseguir maiores salários. Faltou-lhes, entretanto, nesse processo, informações sobre o estado real da economia e sobre a capacidade das empresas em arcar com os aumentos reivindicados. Em consequência, chegou-se à crise econômica que trouxe o neoliberalismo como suposta solução aos problemas do capitalismo.

Assim, percebe-se que o conflito na economia foi motivado pela falta de transparência própria da empresa capitalista, o que não aconteceria numa situação de processos autogestionários que, pelas suas características democráticas, levam os trabalhadores a deixarem uma posição apenas reivindicatória, para assumirem um papel de maior empoderamento, ao participarem de todas as etapas de produção e geração de renda, com ampla e irrestrita visão de todos os setores dos empreendimentos de que fazem parte. A autogestão poderia, desse modo, conduzir ao pleno emprego, um emprego sem patrão, que configura a realização do trabalho democrático, criando novas formas de relações de trabalho, novas estruturas empresariais e certamente, novas possibilidades ainda não imaginadas de geração de renda.

Em consequência dessa organização autogestionária dos empreendimentos, surgiria uma nova classe operária, com uma visão igualitária das relações de trabalho, com necessidade, entretanto, de passar por um processo educativo para inserir-se adequadamente nos processos autogestionários, por ter sido formada em empreendimentos tradicionais, de estrutura hierárquica. Trata-se de um aprendizado para o domínio das diversas instâncias administrativas da empresa autogestionária; sobretudo, de um aprendizado do exercício democrático que se realiza no elemento mais importante deste tipo de empreendimento, que é

a assembleia geral de associados, processo que ainda precisa ser devidamente valorizado nas organizações solidárias, pois, ainda que, dos empreendimentos apontados no SIES 2005/2007, dois terços realizem reuniões com periodicidade mensal/semanal/quinzenal, evidenciando consciência da importância dos processos autogestionários, há, entretanto, a parcela significativa de um terço dos empreendimentos que realizam assembleias com periodicidade superior à mensal, ou até mesmo não realizam assembleias.

A falta desse exercício democrático coloca em risco os empreendimentos autogestionários, que passam a ser, em muitos casos, por acomodação de uma parte dos associados, administrados por um pequeno grupo, o Conselho Administrativo, o que termina por reconfigurar um esquema de hierarquia. E reafirmamos que o empreendimento autogestionário, a partir da assembleia de sócios, leva à conscientização dos problemas do seu território, ou seja, enseja o desenvolvimento qualitativo e consciente.

A contribuição do SIES, dentre outros mecanismos, através da disponibilização de um ambiente de dados com informações acessíveis a todos, permite visualizar a situação nacional dos empreendimentos econômicos solidários e, com isso, a socialização de informações que, a nosso ver, fomenta o estabelecimento de importante fórum democrático de aprendizado da autogestão.

Assim, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, por sua finalidade, caracteriza-se como importante ferramenta de tecnologia social, por disponibilizar técnicas e metodologias para a população, de modo que esta possa utilizá-las para promover seu desenvolvimento econômico e social. Ainda mais, a disponibilização das informações, em sítio aberto, disponível a todos, permite a interação da população, levando os interessados a desenvolver reflexões e promover debates que provocarão as “melhorias das condições de vida”, desejadas pelo decreto que criou o SIES. Portanto, o SIES favorece a articulação dos empreendimentos pela facilidade maior de comunicação, articulação que representa uma ferramenta de poder, que certamente pode contribuir para um maior apoio e atenção por parte da estrutura econômica dominante.

Além disso, os dados fornecidos pelo SIES constituem um incentivo para novas iniciativas solidárias, bem como para o aprimoramento das já existentes, pois a análise das tabelas revela que uma parte significativa dos empreendimentos põe em prática com sucesso os princípios básicos da Economia Solidária: são movimentos que buscam transformação social, evidenciando o protagonismo social, a consciência da cidadania na preocupação com os interesses da comunidade, como a preservação do meio ambiente, com a consciência do

poder da ação comunitária, visando o objetivo solidário de uma sociedade organizada em redes de comunicação e integração.

Como parte das reflexões até aqui apresentadas, entendemos que seria desejável que os movimentos que se estabelecem em torno das discussões da Economia Solidária, empreendimentos e tecnologias existentes, ou que surgirão, estivessem sob o domínio dos que neles militam e que são seus beneficiários diretos; ou seja, que esta ação transformadora deveria surgir da base da sociedade, cuidando-se para que não houvesse expropriação por parte de facções políticas que, em nome de apoiar os trabalhadores, desejam apenas tomar o movimento como bandeira própria, diminuindo a conquista da classe trabalhadora.

E mais, que políticas governamentais ligadas a ideologias temporais passassem ao largo, e que, como uma reivindicação daquelas iniciativas solidárias, houvesse a constituição de políticas públicas que criassem um ambiente de estímulo ao surgimento e sobrevivência de empreendimentos cooperados autogestionários, além do estabelecimento de uma legislação que contemplasse as necessidades dos empreendimentos solidários, facilitando sua participação na economia formal.

Refletindo sobre esses propósitos de mudanças estruturais na organização econômica, tanto nas relações de trabalho como na geração de renda, esta dissertação realizou pesquisas do campo CTS, que poderiam colaborar para a construção desse movimento de renovação, fornecendo subsídios para que as tecnologias sociais necessárias para a realização desta nova estrutura econômica sejam devidamente assimiladas e aproveitadas.

Ao discutir os temas propostos, o trabalho pretende sinalizar na direção de que saberes populares e tecnologias deveriam contribuir para a constituição de espaços sociais éticos e humanizados; e, ainda mais importante, ressaltar que a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa de trabalho que enfoca o trabalhador como ser humano, apta a proporcionar, às pessoas que a adotam, no papel de produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma *vida melhor*. Vida melhor não apenas no sentido de que as pessoas possam consumir de maneira sustentável, com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também no sentido de um aprimoramento como seres humanos, ensejando um melhor relacionamento com seus semelhantes e com a comunidade em que vivem.

Portanto, haveria uma correlação entre empreendimentos solidários autogestionários e desenvolvimento territorial, se considerarmos que estruturas econômicas como as dos empreendimentos de Economia Solidária efetivam-se dentro de uma prática democrática, prática que se estende ao território onde estejam instalados e onde habitam seus membros, como também apontam os resultados da pesquisa realizada pelo SIES, ao

evidenciar que a maioria dos empreendimentos participa de ações sociais ou comunitárias, que enfocam principalmente questões de educação, saúde, trabalho e meio ambiente, e preocupa-se com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos. Assim sendo, a Economia Solidária, especialmente com empreendimentos que seguem a lógica autogestionária, pela dimensão de solidariedade que caracteriza este processo, integra-se às ações de desenvolvimento de base territorial. Além disso, a prática da Economia Solidária favorece e fortalece a posição dessa nova proposta de estrutura de trabalho como uma alternativa exequível de organização econômico-social à estrutura neoliberalista dominante.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. *Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

AROCENA, J. *El Desarrollo Local, un desafío contemporáneo* (Centro Latinoamericano de Economía Humana, Universidad Católica Del Uruguay) .Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

BAZZO, W.A. ; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. do V.; *Introdução aos estudos CTS*. Madrid. Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI). 2003.

BAZZO, W. A. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica*. 2º ed rev e atual. Florianópolis: Ed da UFSC, 2010.

BOISER, S. “Entrevista a Sergio Boiser”. In: *Revista DLocal* (nº 1). CEDeT, Universidad Nacional de San Martin. Disponível em: <www.cedet.edu.ar/dlocal/d_local.swf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

BOISIER, S. Desarrollo Local ¿De qué estamos hablando? En: VASQUEZ BARQUERO, A. y MADOERY, O. (comp.), *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Rosario, Homo Sapiens Ed, 2001.

BORDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. O que é Economia Solidária. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 28 out. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 30 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/portaria-de-instituicao-do-sies.htm>. Acesso em 10 jul. 2011.

CALAME, P. *Repensar a gestão de nossas sociedades: 10 princípios para a governança, do local ao global*. São Paulo: Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2004.

CAPACLE, C. *A política social de economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos*. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CORTELLA, M.S., RIBEIRO, R. J. *Política para não ser idiota*. Campinas: Papirus 7 mares, 2010.

COTORRUELO MENTA, R. Aspectos estratégicos del desarrollo local. En: VASQUEZ BARQUERO, A. y MADDOERY, O. (comp.), *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Rosario, Homo Sapiens Ed, 2001.

DAL RI, N. M. (Org.). *Trabalho Associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. Marília: Cultura Acadêmica, 2010.

D'AVILA, A. L. d'S.; IBANÉZ, N.; ELIAS, P. E. M. (Orgs). *Desenvolvimento e território*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

DE FRANCO, A, (2004). *Carta DLIS Especial sobre a capacitação de equipes* . Carta 56. Disponível em: <www.augustodefranco.org>. Acesso em: 06 mai. 2011.

DIAS R. e NOVAES H. T. *in Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade* / Renato Dagnino; colaboradores Bagattolli, Carolina ... [et al.] - Campinas, SP – IG/UNICAMP, 2009.

DIEESE. Sistema PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Divulgação n.52. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#>> Acesso em: 06 mai. 2011.

DOWBOR, L. A organização de iniciativas locais. In: *Desafios da Economia Solidaria*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2008.

FRANÇA FILHO, G.C.; SANTANA JUNIOR, G. *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia*. Disponível em: <<http://dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>>. Acesso em: 06 mai. 2010.

FRANÇA, L.M. *Cooperativa de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FRANCESCHINI, G. *Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores/as de resíduos: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade*. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

GALEANO, E. *Espelhos: uma história quase universal*. Trad. De Eric Nepomuceno. 2. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

GARCIA, M. I. G.; CEREZO, J. A. L.; LOPEZ, J. L. L. *Ciencia, Tecnología y Sociedad*. Madrid. Editorial Tecnos S.A., 2000.

GIANNETTI, E. *Auto-Engano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIA DE ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DO SIES. Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guiorientacoesprocedimentosSIESII.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2011.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, elaborado no Instituto Antonio Houaiss de lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. *Conceito de Tecnologia Social*. Disponível em: <www.itsbrasil.org.br/pages/31/sintese_conceitoTS.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2011.

JESUS, P. Desenvolvimento local. In: CATANI, A.D. (Org) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003, p. 72-5.

JUDT, T. *O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRONEMBERGER, D. *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MADOERY, O. Conceptos Basicos del Desarrollo Local. In: *Revista DLocal*, n. 1. CEDeT, Universidad Nacional de San Martín. Disponível em: www.cedet.edu.ar/dlocal/d_local.swf. Acesso em 10 jul. 2011.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção “Os Economistas”).

MORE, T. *A Utopia..* São Paulo: Editora Martins Claret, 2005. (Coleção a obra prima de cada autor).

NOGUEIRA, P. Nazileaks. *Revista Piauí*. São Paulo, n 52, Janeiro 2012.

PIRES, A.S. *Autogestão, Economia Solidária e gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos*. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

RATTIS-TEIXEIRA, P.M. *Empreendimentos em consumo sustentável: um estudo da atuação pública e política da sociedade civil organizada*. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

REDES 14, revista de estudios sociales de la ciencia . Director: Mario Albornoz Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, nov. 1999.

SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *O Espaço do Cidadão*. 7.ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994, p. 15-20. (Território e saúde: base para o desenvolvimento).

SEN, A. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. (4. Reimpressão, 2010).

SINGER, P.; KRUPPA, S.M.P. Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais”. In: LASSANCE, A. et al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2004, p. 89-101.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A, R. de, et. al. (Orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

VASQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Ed. Pirámide, 1999.

_____. *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Barcelona, Antoni Bosch editor, 2005. Disponível em: <<http://www.gestaocooperativa.com.br/tabid/470/articleType/ArticleView/articleId/22/A-primeira-cooperativa--Rochdale.aspx>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

VIEITEZ, C. G e DAL RI N. M. *Mudança Social na América Latina: trabalho associado e educação*. Marília, SP: Junqueira & Marins, 2009.

ANEXOS

ANEXO I – PORTARIA DE INSTITUIÇÃO DO SIES

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 30, DE 20 DE MARÇO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária -SIES com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil.

Art. 2º Aprovar, na forma dos Anexos I, II e III, o Termo de Referência do SIES, o Termo de Compromisso de Instituição Usuária de Informações do SIES e o Cadastro de Instituição Usuária do SIES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Marinho

ANEXO II – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES

TERMO DE REFERÊNCIA

Refere-se ao ANEXO I da portaria que instituiu o SIES

ANEXO I SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e divulgação da economia solidária.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil constituindo uma alternativa de trabalho e renda e inclusão social.

No entanto, o desenvolvimento da economia solidária pressupõe uma ação mais efetiva de promoção e fortalecimento. Para isso, é necessário o conhecimento e a divulgação de informações, tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades.

Tal desafio consubstancia-se no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007) com o mapeamento da economia solidária no Brasil, permitindo a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF). Com base nesse mapeamento será implantado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

O presente Termo de Referência tem como finalidades orientar e disciplinar a implantação, estabelecer competências e responsabilidades na gestão e definir as formas e procedimentos de manutenção, atualização e disseminação de informações do SIES.

2. DEFINIÇÕES DO SIES

O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos seguintes conceitos:

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.

2.2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações:

- a) coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e

- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

2.3. ENTIDADES DE APOIO, ASSESSORIA E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (EAF)

São aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

3. OBJETIVOS DO SIES

São objetivos do SIES:

- a) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e
- g) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

4. DIRETRIZES DO SIES

O SIES será orientado pelas seguintes diretrizes:

- a) formulação e aperfeiçoamento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária possibilitando sua incorporação em estudos, pesquisas, censos e levantamentos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação;
- b) fortalecimento da organização da economia solidária atendendo demandas específicas de identificação e conhecimento da economia solidária nos territórios, o desenvolvimento de catálogos de entidades e produtos, a promoção de redes de intercâmbio etc.;
- c) participação de representações dos principais atores da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES;
- d) progressividade na implementação do SIES, com possibilidade de ampliação da base de informações para atender demandas territoriais e novas variáveis identificados posteriormente à implementação do Sistema;
- e) confiabilidade das informações, que deverá orientar todo o processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, de coleta, análise e disseminação de informações;
- f) publicização adequada e fidedigna dos resultados do SIES como direito da sociedade ao acesso às informações e como obrigação dos órgãos públicos que realizam estudos, pesquisas e diagnósticos, proporcionando a visibilidade da economia solidária e a transparência necessária do processo realizado de seu mapeamento;
e
- g) segurança no uso autorizado das informações, impedindo qualquer constrangimento aos informantes, nos termos do art. 5º, incisos X e XII, da Constituição.

5. GESTÃO DO SIES

A gestão do SIES cabe à Comissão Gestora Nacional e às Comissões Gestoras Estaduais, instâncias de organização e participação.

5.1 COMISSÃO GESTORA NACIONAL (CGN)

Instância nacional de natureza consultiva e propositiva, com as seguintes finalidades:

- a) propor objetivos, diretrizes, metodologia e gestão do Sistema;
- b) subsidiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de coleta de informações;
- c) acompanhar a análise de resultados e disseminação das informações; e
- d) propor procedimentos e periodicidade para a continuidade da coleta de informações do SIES.

A Comissão Gestora Nacional será composta por representações do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Observatório do Mercado de Trabalho e por representações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O MTE poderá convidar outros órgãos ou entidades governamentais que atuam com pesquisas e estatísticas para compor a CGN.

A participação desses órgãos ou entidades e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária dar-se-á mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, desde que não haja repasse de recursos públicos.

A função de membro da Comissão Gestora Nacional não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

5.2 COMISSÕES GESTORAS ESTADUAIS (CGE)

Instâncias estaduais de natureza consultiva e propositiva, com as seguintes finalidades:

- a) acompanhar a implantação dos Sistemas de Informações da Economia Solidária nos Estados;

- b) apoiar a alimentação e manutenção da base de dados do SIES;
- c) propor entidades para celebrar convênios de cooperação técnica e financeira na implementação e manutenção de Sistemas de Informações da Economia Solidária nos estados;
- d) subsidiar a elaboração de diretrizes e de regimento para implantação de sistemas territoriais de informações em Economia Solidária nos respectivos estados, incluindo os procedimentos de acesso aos microdados estaduais, conforme estabelecido na alínea "e" do item "7.3" do Termo de Referência;
- e) sugerir à SENAES/MTE os usuários estaduais com acesso ao SIES para cadastro e atualização de informações referentes aos EES e EAF nos respectivos estados. O usuário assume inteira e total responsabilidade quanto ao uso do SIES.
- f) apoiar a realização de eventos para divulgação pública dos resultados do SIES;
- g) subsidiar a elaboração e divulgação de relatórios, catálogos e outros produtos do SIES; e
- h) apoiar a atualização periódica das bases de dados do SIES, conforme a alínea "F" do item 6.2.

As CGEs serão compostas por representações do Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e, mediante convite do MTE, por instituições de pesquisa e ensino superior, representações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária vinculadas aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e seus similares.

O MTE poderá convidar outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais que atuam com economia solidária nos respectivos Estados para compor as CGEs.

A participação desses órgãos ou entidades governamentais e dos entes da iniciativa privada dar-se-á mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, desde que não haja repasse de recursos públicos.

A função de membro da CGE não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

5.3 SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES/MTE)

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), por intermédio do seu Departamento de Estudos e Divulgação, assume as seguintes atribuições de gestão estratégica do sistema:

- a) acompanhar e monitorar a implementação do SIES;
- b) celebrar convênios de cooperação técnica e financeira para implementação do SIES nos estados;
- c) zelar pela adequada utilização das informações cadastradas no SIES, de acordo com os seus objetivos;
- d) cadastrar e autorizar o acesso ao sistema através de senhas de usuários indicados pelas Equipes Gestoras Estaduais, para cadastro e atualização de informações;
- e) disponibilizar acesso público, as informações e análises do SIES que sejam pertinentes, de acordo com o presente Termo de Referência;
- f) disponibilizar às Comissões Gestoras Estaduais as cópias das bases de dados estaduais para a implementação de Sistemas Territoriais e Especiais de Informações em Economia Solidária, de acordo com a solicitação formalizada (Anexo II);
- g) disponibilizar cópias de microdados do SIES com base em instrumento próprio de cessão de informações;
- h) apoiar, acompanhar e orientar as Comissões Gestoras Estaduais na implementação dos Sistemas Territoriais de Informações de Economia Solidária, garantindo a integração dos mesmos ao sistema nacional informatizado;
- i) acionar os órgãos competentes na averiguação e punição de casos de uso indevido das informações do SIES, ou seja, naqueles casos de uso fora dos objetivos previstos no TR; e

- j) dirimir dúvidas e esclarecer procedimentos não previstos no presente TR, no que se refere ao uso e divulgação das informações do SIES.

5.4 COORDENAÇÃO GERAL DE INFORMÁTICA (CGI/MTE)

A Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego (CGI/MTE), responsável pelo desenvolvimento e manutenção eletrônica do SIES e sua base de dados, assumirá as seguintes atribuições:

- a) desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIES;
- b) disponibilizar o acesso e funcionamento do SIES na página do Ministério do Trabalho e Emprego, através de endereço específico www.sies.mte.gov.br;
- c) disponibilizar relatórios atualizados para acesso público, de acordo com as diretrizes e procedimentos do presente TR; e
- d) disponibilizar as cópias de bases de dados estaduais e de microdados do Sistema, de acordo com autorização expressa da SENAES/MTE.

6. ALIMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SIES

A implantação do SIES ocorrerá com a identificação e listagem de EES e EAF e, posteriormente, com a coleta de informações utilizando questionários específicos juntos aos empreendimentos econômicos solidários.

6.1 IDENTIFICAÇÃO E LISTAGEM

Esta atividade constará dos seguintes procedimentos:

- a) identificação de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento em bases de dados já existentes nos estados que são disponibilizadas por órgãos públicos e de entidades de apoio, assessoria e fomento que atuam com economia solidária;
- b) identificação territorial de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento em eventos e reuniões estaduais

com os diversos atores que atuam com economia solidária: Fóruns Estaduais de Economia Solidária, órgãos governamentais, incubadoras etc. Nos eventos com participação de empreendimentos e entidades de apoio e fomento deverão ser disponibilizados instrumentos e pessoal para coleta de informações; e

- c) divulgação e disponibilização de formulários na internet para autodeclaração de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento. A Comissão Gestora Estadual do SIES deverá fazer uma crítica preliminar da listagem obtida, considerando as definições descritas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3.

6.2 COLETA DE INFORMAÇÕES

A base de informações do SIES será complementada com a coleta de informações que possibilitem a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, conforme os seguintes procedimentos:

- a) elaboração de formulário nacional para coleta de informações, que poderão ser suplementados pelas Comissões Gestoras Estaduais;
- b) formação das equipes estaduais de pesquisa e realização de capacitações para coleta de informações nos trabalhos de campo; e
- c) visitas aos empreendimentos por entrevistadores(as). As questões deverão ser respondidas por dirigentes e demais membros da organização e, quando houver necessidade, consultando documentação pertinente no local.

A digitalização dos formulários ficará sob a responsabilidade da Comissão Gestora Estadual.

A coleta nacional de informações para atualização dos SIES terá a periodicidade trienal com a obrigatoriedade de retorno de pesquisadores(as) aos EES já cadastrados no Sistema e com visitas a novos EES, conforme as listagens elaboradas pelas Comissões Gestoras Estaduais.

7. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIES

A disseminação e utilização de informações do SIES deverão considerar a legislação que regula a prestação de informações por entidades de direito público, os objetivos e as diretrizes do SIES.

7.1 RECOMENDAÇÕES GERAIS NA DISSEMINAÇÃO

As informações a serem disseminadas ao público deverão passar por tratamento estatístico, evitando a divulgação pública de informações que possam tornar identificável cada um dos EES e EAF individualmente, para que não ocorra qualquer tipo de constrangimento aos mesmos. Recomenda-se que essas informações devem ser preferencialmente agregadas, considerando as abrangências geográficas (município, microrregião, estado, região e país), além de outras formas de agregação que poderão ser utilizadas.

Para atender ao objetivo de "fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e através de catálogos de produtos e serviços, a fim de facilitar processos de comercialização", poderão ser divulgadas as seguintes informações específicas do EES: identificação, localização, produtos/serviços e matérias-primas/insumos. Ressalve-se que estas informações deverão estar obrigatoriamente desvinculadas dos demais dados que constam sobre o EES no SIES. Em todos os casos de uso das informações do SIES deverá ser citada a seguinte fonte de referência: SIES/MTE.

7.2 FORMAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIES

A disseminação de informações do SIES ocorrerá nas seguintes modalidades:

- a) divulgação na internet - após a coleta de informações e alimentação da base de dados do SIES, serão disponibilizadas informações na internet para consulta pública no endereço www.sies.mte.gov.br;
- b) publicações e materiais gráficos - poderão ser elaborados e publicados relatórios nacionais e outros materiais impressos com resultados nacionais do SIES. As Comissões Gestoras Estaduais do SIES poderão, da mesma forma, produzir e publicar materiais gráficos (relatórios, catálogos de produtos e serviços etc.);

- c) cessão da cópia de microdados do SIES - será possível o acesso aos microdados do SIES dentro das finalidades e abrangências estabelecidas no item 7.3.

7.3 USUÁRIOS E PROCEDIMENTOS DE ACESSO AOS MICRODADOS DO SIES

Os usuários do SIES são as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nas áreas de interesse da economia solidária: órgãos públicos governamentais, organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa, redes e fóruns de economia solidária etc.

Os usuários são classificados nas seguintes categorias, considerando as finalidades de acesso aos microdados do SIES:

- a) para estudos e pesquisas - terão acesso as entidades que atuam com estudos, pesquisas, diagnósticos e levantamentos socioeconômicos nas áreas de interesse da economia solidária;
- b) para produção de catálogos impressos e eletrônicos de produtos, serviços, insumos e matérias-primas dos EES - terão acesso as organizações que atuam comprovadamente com o apoio, assessoria, articulação e fomento à economia solidária. Os Usuários deverão considerar as recomendações da alínea "b" do item 7.1 do presente TR; e
- c) para implantação de Sistema Territorial ou Especial de Informações em Economia Solidária - terão acesso as organizações que atuam comprovadamente com o apoio, assessoria, articulação e fomento à economia solidária e que implantarão sistemas de abrangência territorial ou especial de informações em economia solidária, conforme as orientações estabelecidas no item "8" do presente Termo de Referência.

Os usuários são classificados nas seguintes categorias considerando a amplitude ou abrangência do acesso aos microdados do SIES:

- a) abrangência regional e nacional - mediante solicitação escrita à Coordenação Geral de Estudos da SENAES e aceitação de Termo de Compromisso de Usuário das informações (Anexos II e III);

- b) abrangência municipal, microrregional e estadual – mediante solicitação escrita à respectiva Comissão Gestora Estadual e aceitação de Termo de Compromisso de Usuário formulado para cada Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária, conforme a alínea “e” do item 5.2 do presente Termo de Referência.

A entidade solicitante assumirá total responsabilidade pelo uso das informações de acordo com o presente Termo de Referência, estando sujeitas às penalidades previstas em razão do descumprimento das mesmas.

Na inexistência do Sistema Estadual de Informações, a solicitação poderá ser feita diretamente à SENAES/MTE.

8. SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Os Sistemas Territoriais e Especiais de Informações em Economia Solidária são correspondentes ou similares do SIES Nacional, desenvolvidos a partir de cópias de suas bases de dados.

8.1 DEFINIÇÃO E NATUREZA DOS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS

Os sistemas territoriais de informações em economia solidária são aqueles desenvolvidos por fóruns e redes de economia solidária com abrangência territorial definida. O caráter territorial deverá ser um facilitador de acesso e funcionamento do sistema visando a proximidade entre EES e as EAF. Entre esses sistemas territoriais, destacam-se os Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária geridos pelas Comissões Gestoras Estaduais do SIES, citadas no item “5.2” do presente Termo de Referência.

Os sistemas especiais de informações em economia solidária são aqueles desenvolvidos por fóruns, redes e organizações temáticas ou setoriais de economia solidária que não possuem uma abrangência territorial previamente estabelecida. Esses sistemas deverão facilitar a articulação, cooperação, divulgação e atividades de troca e comercialização de segmentos econômicos específicos (cadeias e arranjos produtivos, redes temáticas, complexos cooperativos etc.).

Os sistemas territoriais e especiais poderão ampliar os seus respectivos conteúdos com base em questionários suplementares, sem modificar as informações originais da base de dados do SIES. Nesses casos, as informações suplementares constarão apenas nos sistemas territoriais ou especiais e serão de responsabilidade da entidade gestora do respectivo sistema.

Os sistemas territoriais e especiais poderão diversificar as suas ferramentas de funcionamento, de acordo com os objetivos nacionais do SIES. Recomenda-se, nesses casos, uma maior dinamização do uso de sistemas informatizados para atender demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários no que se refere à divulgação de seus produtos e serviços, de suas demandas por insumos e matérias-primas, das possibilidades de articulação de redes e segmentos produtivos etc.

8.2 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES

O desenvolvimento do Sistema Territorial e Especial de Informações em Economia Solidária deverá ser comunicado à SENAES/MTE e ou a Comissão Gestora Estadual, a partir da solicitação da cópia da respectiva base de dados do SIES, conforme o item "7.3" do presente Termo de Referência. A gestão do Sistema Territorial e Especial deverá ser feita por Comissões Gestoras que contemplem a composição e as atribuições similares às Comissões Gestoras Estaduais do SIES, conforme o item "5.2" do presente Termo de Referência.

A gestão do Sistema Territorial ou Especial deverá ser condizente com as recomendações referentes ao acesso e disseminação das informações do SIES.

A Comissão Gestora do Sistema Territorial ou Especial deverá designar uma entidade jurídica para, em seu nome, desenvolver, hospedar e fazer a adequada manutenção do Sistema Territorial ou Especial de Informações em Economia Solidária.

8.3 PARÂMETROS DE INTERFACE ENTRE O SIES E OS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O SIES utiliza tecnologia WEB, com acesso via internet. Seu banco de dados é SQL Server, versão 2000, e nas pontas ASP. Possui compatibilidade com diversas ferramentas de manipulação de dados disponíveis no mercado. Possui recursos de gerar planilhas em Excel e HTML.

A interface de cada sistema territorial ou especial com o SIES será definida de modo a viabilizar a troca de informações entre os dois sistemas.

Para confiabilidade das informações e a interface adequada dos sistemas, a base de dados territorial ou especial deverá ser desenvolvida considerando o dicionário de banco de dados e as demais ferramentas de sistema disponibilizadas na página do SIES.

**ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE USUÁRIO DAS BASES DE
INFORMAÇÕES DO SIES**

Refere-se ao ANEXO II da portaria que instituiu o SIES

Termo de Compromisso de Usuário das Bases de Informações do SIES

Ao(s) dia(s) do mês de de o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, neste ato representado pelo Coordenador-Geral de Estudos do Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – DED/SENAES/MTE, o Sr. Israel Matos Batista, RG 2075623 – SSP/DF, aqui denominada, apenas, SENAES/MTE e o(a) , neste ato representado pelo(a) Sr.(a) , RG , aqui denominado, apenas, COMPROMITENTE, estabelecem o presente Termo de Compromisso mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a cooperação técnica, no âmbito do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, para possibilitar ao COMPROMITENTE o acesso – por meio de CD-ROM – aos microdados do Sistema Nacional de informações em Economia Solidária - SIES, de acordo com as especificações do Termo de Referência aprovado na Portaria nº 30, de 20 de março de 2006.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO
COMPROMITENTE**

1. Os microdados da base operacional da pesquisa do SIES, acessados pelo COMPROMITENTE, serão utilizados pelo mesmo única e exclusivamente com a finalidade expressa na proposta encaminhada ao MTE/SENAES, ou seja, , sendo vedado ao COMPROMITENTE fazer outro uso dos mesmos.
2. Para atender ao objetivo do SIES de “fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e através de catálogos de produtos e serviços a fim de

facilitar processos de comercialização”, poderão ser divulgadas informações específicas do empreendimento: identificação (nome), localização (endereço e contatos), produtos e ou serviços, matérias primas e insumos vinculadas a cada empreendimento particular.

3. Comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego qualquer dúvida ou observação a respeito de imprecisões ou de inconsistências das informações utilizadas visando o seu aprimoramento.
4. Quando da realização de estudos e pesquisas e da publicação das informações objeto da Cláusula Primeira obriga-se a explicitar que a elaboração é do autor e mencionar o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE como fonte dos dados.
5. Fornecer ao Ministério do Trabalho e Emprego cópia, em meio eletrônico ou papel, de qualquer produto técnico formulado a partir de informações estatísticas das Bases de Dados do SIES, tais como: trabalhos, estudos, indicadores, pesquisas, etc. Em caso de publicação na Internet, ao invés do produto, pode ser enviado apenas o endereço completo da publicação na Web.
6. Desenvolver, sempre que possível, no âmbito da cooperação técnica, além dos trabalhos de interesse da própria instituição, estudos sobre a Economia Solidária fundamentados em informações estatísticas geradas a partir do SIES.
7. Não repassar, comercializar, divulgar ou transferir a terceiros as informações individualizadas, objeto da Cláusula Primeira, oriundas das Bases de Dados, nem acessá-los para atender a interesses alheios, de qualquer forma que viole o sigilo requerido por lei.
8. O COMPROMITENTE assume a responsabilidade técnica pelas análises que vier a fazer dos dados produzidos pela pesquisa, especialmente por aqueles não divulgados oficialmente pelo MTE, aos quais terá acesso, sempre resguardando as regras do sigilo estatístico.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA LIBERAÇÃO DOS DADOS DO SIES**

Os microdados do SIES estarão disponíveis para uso do COMPROMITENTE, em CD-ROM, somente para os fins estabelecidos no presente Termo de Compromisso, a partir da data de assinatura do presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

4. **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Compromisso terá vigência de 6(seis) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado com a manifestação do COMPROMITENTE e a critério do Ministério do Trabalho e Emprego. Não havendo confirmação de sua prorrogação por parte da CGEST/DED/MTE, será automaticamente suspenso o fornecimento dos produtos em CD-ROM.

5. **CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO**

O descumprimento ao estabelecido em qualquer das Cláusulas do presente TERMO DE COMPROMISSO implicará em seu imediato cancelamento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial ou, por qualquer motivo, a critério exclusivo e absoluto do Ministério do Trabalho e Emprego.

6. **CLÁUSULA SEXTA: DO FORO**

Fica eleito o Foro Federal do Distrito Federal para dirimir qualquer dúvida oriunda deste Termo de Compromisso, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para validade do compromisso ora assumido, o Compromitente firma este documento em três (3) vias, de igual teor e forma.

- comprometente -

- senaes / mte -

ANEXO IV – CADASTRO DE INSTITUIÇÃO USUÁRIA DO SIES

Refere-se ao ANEXO III da portaria que instituiu o SIES

Cadastro de Instituição Usuária do SIES**INSTITUIÇÃO USUÁRIA:**

Nome:						
Sigla:			CNPJ:			
Endereço (logradouro, nº. e complemento):						
Bairro:						CEP:
Município:						Uf:
Ddd: ()	Telefone(1):	Telefone(2):			Telefone(3):	
Fax (1):				Fax (2):		
Home page:						
E-mail (1):				E-mail (2):		

RESPONSÁVEL JURÍDICO DA INSTITUIÇÃO:

Nome:		Codiname:
E-mail (1):	E-mail (1):	
Cargo:	Órgão:	
Ddd:	Fax:	
Telefone(1):	Telefone(2):	

USUÁRIO DE CONTATO:

Nome:		Codiname:
E-mail 1:	E-mail 2:	
Cargo:	Órgão:	
Ddd:	Fax:	
Telefone(1):	Telefone(2):	

Responsável pelo preenchimento**data:** ___/___/___.

ANEXO 5



**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação - DED
Esplanada dos Ministérios - Bloco F – sala 331

Cep: 70.059-900 - Brasília – Distrito Federal

Tel.: 61 317 6533 - E-mail: mapeamento.senaes@mte.gov.br



Formulário para Empreendimentos Econômicos Solidários

IDENTIFICAÇÃO:

Número do Formulário:	Empreendimento:
Estado:	Município:

CONTROLE DO FORMULÁRIO:

Nome do Entrevistador(a):	Data da entrevista: ____/____/____
Nome do Supervisor:	Data da aprovação: ____/____/____
Crítica ou observação do supervisor:	

COMENTÁRIOS DO(A) ENTREVISTADOR(A):

IDENTIFICAÇÃO, ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1. Nome do Empreendimento:	_____		
2. Nome de Fantasia/Sigla:	_____		
3. Endereço:	_____		Nº: _____
Bairro:	_____	CEP: _____	-- _____
4. Município:	_____		UF: _____
5. Telefone::	_____	Fax: _____	_____
6. E-mail:	_____		
7. Pessoa para contato:	_____		
8. Ano de início do Empreendimento:	_____		

09. Forma de Organização:

- 1 Grupo informal;
- 2 Associação;
- 3 Cooperativa;
- 4 Sociedade Mercantil por cotas de responsabilidade limitada;
- 5 Sociedade Mercantil em Nome Coletivo;
- 6 Sociedade Mercantil de Capital e Indústria;
- 7 Outra: _____

10. CNPJ: _____/_____-_____

(perguntar no final da entrevista no caso de empreendimentos formalizados).

11. O que motivou a criação do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 Uma alternativa ao desemprego;
- 2 Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo;
- 3 Uma fonte complementar de renda para os (as) associados(as);
- 4 Desenvolver uma atividade onde todos/as são donos/as;
- 5 Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios;
- 6 Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu ou em processo falimentar;
- 7 Motivação social, filantrópica e religiosa;*
- 8 Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades;*
- 9 Alternativa organizativa e de qualificação;*
- 10 Outra. Qual? _____

12. Área de atuação do empreendimento:

- 1 Rural 2 Urbana; 3 Rural e Urbana

13. Situação atual da organização:

- 1 Em funcionamento / operando 2 Em implantação

14. Número de participantes sócios(as): (preencha a alternativa mais conveniente)

- 1 Pessoas físicas associadas Nº: _____ Homens Nº: _____ Mulheres Nº: _____
- 2 Pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados/em rede: _____ Nº: _____

15. Nos últimos 12 meses o número de sócios(as):1 Aumentou2 Diminuiu3 Permaneceu igual**16. Indique o que é realizado de forma coletiva pelos sócios/as do empreendimento: (múltiplas respostas)**1 Produção2 Prestação do serviço ou trabalho3 Comercialização – venda4 Troca de produtos ou serviços5 Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)6 Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc.)7 Aquisição (compra ou coleta) de matéria prima e insumos8 Poupança ou crédito9 Obtenção de clientes ou serviços para os/as sócios/as10 Outra. Qual? _____

TIPIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA:
17. Principal(is) atividade(s) econômica(s) do empreendimento: (citar até 03)

1)
2)
3)

(codificação posterior pela Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE)

18. Cite os três principais produtos ou serviços do empreendimento especificando a quantidade e o valor da produção mensal: (referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar a produção mensal obtida no período de safra/produção imediatamente anterior.)

Produto ou Serviço	Unidade	Quantidade produzida Mensalmente	Valor da Produção Mensal (R\$)
1)			
2)			
3)			

19. Cite os três principais insumos/matérias-primas consumidas pelo empreendimento especificando a quantidade e o valor mensal: (citar até 03)

Insumo ou matéria-prima	Unidade	Quantidade Consumida Mensalmente	Valor Mensal (R\$)
1)			
2)			
3)			

20. Origem da matéria-prima ou insumo: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Aquisição de outros empreendimentos de ES

2 Aquisição de empresa privada

3 Associados(as)

4 Aquisição de produtores(as) não sócio(as)

5 Doação

6 Coleta (materiais recicláveis ou matéria prima para artesanato)

7 Outra. Qual? _____

8 Não se aplica

21. Situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento:1 Própria2 Alugada3 Ocupada4 Cedida ou emprestada5 Arrendada6 Não possui sede*7 Outra: _____**22. Os equipamentos do empreendimento são: (múltiplas respostas)**1 Próprios2 Arrendados3 Cedidos ou emprestados4 Alugados5 Não se aplica**23. Qual o destino dos produtos e/ou serviços? (múltiplas respostas)**1 São vendidos2 São trocados3 Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)4 Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios (as)5 Não se aplica**(Aceita-se múltiplas respostas apenas para 1 e 2. Se a resposta for o Item 4 ou 5, passe para a questão 27)**

24. Como é feita a comercialização de produtos e/ou serviços do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Venda direta ao consumidor;

2 Venda a revendedores/atacadistas;

3 Venda a órgão governamental;

4 Troca com outros empreendimentos solidários;

5 Venda a outros empreendimentos de ES

6 Outro. Qual: _____

7 Não se aplica

25. A Venda e troca de produtos e serviços destina-se principalmente: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Comércio local ou comunitário;

2 Mercado/comércio municipal;

3 Mercado/comércio microrregional;

4 Mercado/comércio estadual;

5 Mercado/comércio nacional;

6 Exportação para outros países;

7 Não se aplica.

26. Quais os principais espaços de comercialização de produtos e serviços: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Lojas ou espaços próprios

2 Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)

3 Feiras livres

4 Feiras e exposições eventuais/especiais

5 Entrega direta a clientes

6 Outro. Qual: _____

7 Não se aplica

27. O grupo tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos ou serviços? (considerar tanto os empreendimentos que já estão comercializando quanto os que tentam ou pretendem comercializar seus produtos e serviços)

1 Sim 2 Não 3 Não se aplica *(Se a resposta for "não" ou "não se aplica", passe para a questão 29)*

28. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos ou serviços? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 O grupo tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes;

2 Ninguém do grupo quer cuidar das vendas;

3 Ninguém do grupo sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.);

4 O grupo já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar;

5 Os preços praticados pelo grupo são muito altos;

6 Os clientes exigem um prazo para o pagamento;

7 Os compradores só compram em grande quantidade;

8 Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento;

9 Falta de capital de giro, para vendas a prazo;

10 Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.);

11 Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios);*

12 Transporte / estradas;*

13 Preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizados);*

14 Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.);*

15 Outra dificuldade: _____

16 Não se aplica.

29. O empreendimento utiliza algum tipo de divulgação de seus produtos e/ou serviços?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 31)*

30. Quais os meios de divulgação do empreendimento (produtos, serviços, atividades)? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Cartazes, catálogos, folders e panfletos.

2 Jornais e revistas

3 Rádios comerciais e educativas

4 Rádios comunitárias

5 TV's (mídia televisiva)

6 Feiras e exposições eventuais

7 Divulgação "boca a boca"

8 Outra. Qual? _____

INVESTIMENTOS, ACESSO A CRÉDITO E APOIOS**31. Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)**

1 Dos próprios sócios (capitalização ou cotas)

2 Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)

3 Doação(ões)

4 A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos

5 Outra. Qual? _____

32. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 35)*

33. Qual o tipo de investimento realizado no empreendimento nos últimos 12 meses? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

1 Infra-estrutura física (prédios, construções, etc).

2 Equipamentos (aquisição, renovação).

3 Ampliação de estoque de matérias-primas

4 Abertura de filiais

5 Abertura de lojas/espacos de comercialização

6 Capacitação de mão-de-obra

7 Outra. Qual? _____

34. Qual o valor do investimento realizado no empreendimento nos últimos 12 meses?

R\$ _____

35. O empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses? (considerar apenas o acesso ao crédito para o empreendimento coletivo e não para os/as sócios/as individualmente)

1 Sim

2 Não

3 Não buscou crédito

(Se a resposta for Não ou Não buscou crédito, passe para a questão 40)

36. Qual a finalidade do crédito?

1 Custeio ou Capital de Giro

2 Investimento

3 Custeio ou capital de giro e Investimento (*itens 1 + 2*)

37. Qual a fonte do crédito ou financiamento? (múltiplas respostas)

1 Banco público. Qual? _____

2 Banco privado. Qual? _____

3 Banco do Povo ou similar. Qual? _____

- 4 Cooperativa de crédito. Qual? _____
- 5 Outra instituição financeira privada. Qual? _____
- 6 ONG ou OSCIP com Fundo de Crédito ou Fundo Rotativo. Qual? _____
- 7 Outra. Qual? _____

38. Qual o valor total do crédito ao qual o empreendimento teve acesso nos últimos 12 meses?

R\$ _____

39. Qual a situação atual do pagamento ou devolução do crédito?

- 1 Está no prazo de carência
- 2 Pagamento concluído
- 3 Pagamento em dia
- 4 Pagamento em atraso
- 5 Outra situação. Qual? _____

40. No momento, existe necessidade de financiamento/crédito?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 42)*

41. Qual a finalidade do financiamento/crédito?

- 1 Custeio ou Capital de Giro 2 Investimento 3 Custeio ou capital de giro e Investimento *(itens 1 + 2)*

42. O empreendimento enfrenta ou enfrentou dificuldade para obtenção de financiamento/crédito?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 44)*

43. Qual(ais) dificuldade(s) enfrenta ou enfrentou? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 O Empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro
- 2 Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento
- 3 Prazos de carência inadequados
- 4 Falta de aval ou garantia
- 5 Falta de apoio para elaborar projeto
- 6 Burocracia dos agentes financeiros*
- 7 Falta de linha de crédito*
- 8 Outra. Qual? _____

44. O empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 47)*

45. Que tipo de apoio teve o empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 Assistência técnica e/ou gerencial
- 2 Qualificação profissional, técnica, gerencial
- 3 Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
- 4 Assistência jurídica
- 5 Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
- 6 Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
- 7 Assessoria na constituição, formalização ou registro
- 8 Outro. Qual? _____

46. Quem forneceu o apoio ao empreendimento? (múltiplas respostas)

- 1 ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual? ** _____
- 2 Órgãos governamentais. Qual? _____
- 3 Universidades, incubadoras, Unitrabalho. Qual? _____
- 4 Sistema "S" (Sebrae, Sescop, etc). Qual? _____
- 5 Cooperativas de técnicos(as). Qual? _____
- 6 Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação) Qual? _____
- 7 Outra. Qual? _____

GESTÃO DO EMPREENDIMENTO**47. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? (múltiplas respostas)**

- 1 Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios/as;
- 2 Diretoria/conselho diretor/coordenação;
- 3 Conselho Consultivo;
- 4 Conselho Administrativo;
- 5 Conselho Fiscal;
- 6 Comissão ou Conselho de Ética;
- 7 Grupos de Trabalho, comissões ou núcleos;
- 8 Outro. Qual? _____

48. Quais as formas de participação de sócios(as) nas decisões (múltiplas respostas)

- 1 Acesso aos registros e informações do empreendimento;
- 2 Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia Geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- 3 Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- 4 Prestação de contas aos sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- 5 Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- 6 Plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- 7 Participação nas decisões cotidianas do empreendimento;
- 8 Não existem mecanismos de participação.

49. Qual a periodicidade da assembléia geral/reunião do coletivo de sócios/as do empreendimento?

- 1 Anual ou + de 1 ano* 3 Bimestral ou trimestral* 5 Semanal ou quinzenal*
- 2 Semestral 4 Mensal 6 Não realiza assembléia geral/reunião coletiva dos sócios(as).
- 7 Outra: _____

50. No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:

- 1 Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente ;
- 2 Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra;
- 3 Não deu para pagar as despesas;
- 4 Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de resultado coletivo).

(Se a resposta for 2, 3 ou 4, passe para a questão 52)

51. Se houve sobra/excedente (resposta 1 da questão anterior), qual o Destino? (múltiplas respostas)1 Fundo de investimento;2 Fundo de reserva;3 Fundo de assistência técnica e educacional;4 Fundo de solidariedade;5 Integralização de capital;6 Distribuição entre sócios(as);7 Outro. Qual? _____

SITUAÇÃO DE TRABALHO NO EMPREENDIMENTO**52. Existem sócios(as) que trabalham ou atuam diretamente no empreendimento?**1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 57)***53. Número de sócios(as) que trabalham no empreendimento:**

Homens	Mulheres	Total
_____	_____	_____

54. Tipo de remuneração dos sócios(as) que trabalham no empreendimento (múltiplas respostas):1 Remuneração fixa;2 Remuneração por produto ou produtividade;3 Remuneração por horas trabalhadas;4 Não está conseguindo remunerar (Se for essa a resposta, passe para a questão 56);5 Não há remuneração (autoconsumo ou trabalho voluntário);**6 Outra forma. Qual? _____

55. Se está conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham no empreendimento, qual a remuneração média mensal?

R\$ _____

56. Quais os Benefícios, garantias e direitos para sócios(as) que trabalham no empreendimento (múltiplas respostas)

1 Gratificação natalina;

2 Férias remuneradas;

3 Descanso semanal remunerado;

4 Qualificação social e profissional;

5 Equipamentos de segurança;

6 Comissão de prevenção de acidentes no trabalho;

7 Outro. Qual? _____

8 Não existem.

57. Possui trabalhadores(as) não sócios(as) no empreendimento?

1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 63)*

58. Quantos não sócios(as) trabalham no empreendimento?

Homens	Mulheres	Total
_____	_____	_____

59. Qual a periodicidade de contratação dos(as) trabalhadores(as) não sócios(as)?

2 Permanente 4 Temporária 6 Ambos os casos

60. Qual o tipo de trabalho do(as) trabalhadores(as) não sócios(as) no empreendimento? (múltiplas respostas)

1 Gerência, assessoria, consultoria;

2 Administração, secretaria, contabilidade, finanças;

3 Manutenção e serviços gerais;

4 Representação comercial, vendas, comunicação;

5 Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços);

6 Outro. Qual? _____

61. Qual o tipo de vínculo do(as) trabalhadores(as) não sócios(as) (múltiplas respostas)

1 Contratação formal - assalariado(a);

2 Prestação de serviços remunerada;

3 Estagiário(a) ou aprendiz remunerado;

4 Trabalhador(a) não remunerado(a);

5 Outra situação. Qual? _____

62. Qual a remuneração média mensal paga a trabalhadores(as) não sócios(as), considerando o tipo de trabalho executado no empreendimento?

1 Gerência, assessoria, consultoria: R\$ _____

2 Administração, secretaria, contabilidade, finanças: R\$ _____

3 Manutenção e serviços gerais: R\$ _____

4 Representação comercial, vendas, comunicação: R\$ _____

5 Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços) : R\$ _____

6 Outro tipo de trabalho: R\$ _____

DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA E AMBIENTAL

63. O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 65)*

64. Se a resposta for Sim especifique de que tipo de rede ou fórum de articulação o empreendimento participa: (múltiplas respostas)

- 1 Redes de produção/comercialização. Qual? _____
- 2 Complexos cooperativos. Qual? _____
- 3 Federações de cooperativas. Qual? _____
- 4 Outras articulações ou redes. Qual? _____
- 5 Fórum ou Rede de Economia Solidária _____
- 6 Centrais de comercialização. Qual? _____
- 7 Movimento social ou sindical. Qual?* _____
- 8 Conselhos de gestão e Fóruns de participação em políticas (DLIS, desenvolvimento rural etc.). Quais?* _____
- 9 ONG, Igrejas, Pastorais, Fundações, SEBRAE, Universidades. Quais?* _____
- 10 Outro. Qual? _____

65. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 67)*

66. Se a resposta for sim, que tipo de movimento? (múltiplas respostas)

- 1 Movimento de luta pela terra e agricultura familiar
- 2 Movimento sindical urbano ou rural
- 3 Movimento comunitário

- 4 Movimento de luta por moradia
- 5 Movimento de igualdade racial
- 6 Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens
- 7 Movimento ambientalista
- 8 Mulheres / Gênero*
- 9 Religioso ou Pastoral*
- 10 Outro movimento. Qual? _____

67. O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 69)*

68. Se a resposta for Sim, em qual área: (múltiplas respostas)

- 1 Educação
- 2 Saúde
- 3 Moradia
- 4 Trabalho
- 5 Redução da violência
- 6 Meio ambiente
- 7 Lazer/ Esporte/ Cultura/ Religião*
- 8 Alimentação / Doações / instituições / Assistência social*
- 9 Outra. Qual? _____

69. O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços?

- 1 Sim 2 Não *(Se a resposta for "não", passe para a questão 71)*

70. Que iniciativas do empreendimento visou a qualidade de vida de consumidores(as) de seus produtos ou serviços? (múltiplas respostas)

1 Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos.

2 Incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo

3 Informações do produto aos consumidores(as)

4 Preços dos produtos facilita o acesso aos consumidores(as)

5 Qualificação e Qualidade do produto ou serviço*

6 Outro. Qual? _____

71. O empreendimento gera algum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) a partir da atividade produtiva ou de serviços?

1 Sim 2 Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 10)*

72. Se a resposta for sim, qual o tratamento e/ou destino dado aos resíduos gerados no empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3).

1 Coleta de lixo normal;

2 Coleta de lixo especial;

3 Faz algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar;

4 Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento;

5 Despeja em esgotos sem tratamento;

6 Despeja em rios, riachos ou córregos sem tratamento;

7 Venda dos resíduos;

8 Acúmulo no local do empreendimento;

9 Queima ou incineração*;

10 Outro. Qual? _____

Obs.: Voltar à questão 10, após encerrar ou aplicar o Suplemento Estadual.

DADOS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS:

Nome	Cargo no Empreendimento	Telefone de contato

Observação: As informações pessoais acima não serão inseridas no Sistema.

O empreendimento autoriza seu cadastro no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) para futuros contatos, de acordo com os objetivos do mapeamento?

1 Sim

2 Não

Rubrica: _____

* As alternativas marcadas com esse símbolo foram criadas a *posteriori*, após o tratamento da base de dados e a identificação de itens relevantes que não haviam sido inseridos no formulário, representando originalmente a alternativa *outros*. Foram criados quando este percentual apresentou-se elevado.

** No item 1 da questão 46 (ONGs, OSCIPs, Igrejas) foram incluídas as respostas *associações e conselhos comunitários*. No item 5 da questão 54 (não há remuneração) foram incluídas as respostas *autoconsumo e trabalho voluntário*.